

SANTA IGNORÂNCIA

*Como a religião transformou
a ignorância em virtude*



Aristides Mendes

Santa Ignorância

Copyright © 2026 Aristides Mendes

Esta obra é distribuída sob a licença Creative Commons CC BY-NC-ND 4.0.



SANTA IGNORÂNCIA

Como a religião transformou a ignorância em virtude

Aristides Mendes

INTRODUÇÃO

A Verdade Blasfema

"A ignorância nunca construiu um telescópio. Nunca descobriu uma vacina. Nunca escreveu uma teoria da evolução. Nunca explicou uma galáxia. Mas ergueu incontáveis altares."

"Sempre que um livro foi queimado, uma religião estava convencida de possuir a verdade. Sempre que uma biblioteca foi construída, alguém admitiu que ainda havia algo por aprender."

Alexandria, Março de 415.

A mulher é arrastada para fora do carro em que viajava. As mãos que a agarram não pertencem a soldados nem a juízes — pertencem a uma multidão, e a multidão foi organizada por um leitor da igreja chamado Pedro, a mando de homens que respondiam perante o bispo Cirilo. Despem-na na rua. Não a apedrejam — nesse dia, a pedra teria sido misericordiosa. Usam ostraca: fragmentos de telha e de cerâmica partida, com arestas suficientemente afiadas para escalpelizar um corpo vivo pedaço a pedaço. Quando já não resta nela nada que se possa reconhecer como rosto, arrastam o que sobrou até ao Cesareion e ateiam-lhe fogo.

Hipátia ensinava matemática, astronomia e filosofia neoplatónica no museu de Alexandria. Não pregava contra nenhum deus. O seu crime, tal como os seus contemporâneos o registaram, foi outro: falar com autoridade intelectual numa cidade onde a autoridade tinha deixado de tolerar concorrência. Sócrates Escolástico, historiador cristão do século seguinte — não um inimigo da fé a escrever contra ela, mas um crente a escrever sobre ela — deixou o relato que chegou até nós. Não há ambiguidade a proteger ninguém neste caso. Há um nome, uma data, um método e um motivo.

Isto não é uma alegoria. Não é um símbolo literário para "os perigos do fanatismo em geral". É um facto histórico com fonte identificável, e é o primeiro de muitos que este livro vai colocar diante do leitor sem amaciamento nenhum, porque a tese deste livro precisa de ser sustentada por cadáveres reais, não por metáforas confortáveis.

Kano, Nigéria. Agosto de 2020.

Um jovem músico chamado Yahaya Sharif-Aminu partilha uma canção no WhatsApp. A letra é considerada uma ofensa ao profeta Maomé. Um tribunal de Sharia do estado de Kano condena-o à morte por enforcamento. A condenação seria anulada meses depois por vício processual — Sharif-Aminu não tinha tido defesa legal no julgamento — mas o novo julgamento a que ficou sujeito, ao abrigo da mesma lei, mantém a mesma pena possível, e o processo continua, anos depois, pendente no Supremo Tribunal da Nigéria. Não foi uma sentença de um tribunal marginal ou paralelo — foi a lei formal do estado, aplicada por juízes nomeados, sobre um cidadão que escreveu uma canção. Dois anos depois, em 2022, Mubarak Bala — presidente da Associação Humanista da Nigéria, um homem cujo único crime foi declarar publicamente que não acredita em nenhum deus — é condenado a vinte e quatro anos de prisão pelo mesmo tipo de acusação.

Entre Hipátia e Yahaya Sharif-Aminu há mil seiscentos e cinco anos, duas religiões diferentes invocadas para o mesmo fim, e nenhuma diferença estrutural. A ferramenta mudou — de ostraca para forca, de multidão para tribunal. O mecanismo não mudou nada: uma autoridade que se declara depositária exclusiva da verdade decide que um ser humano não tem o direito de falar, de escrever, de pensar em voz alta, e a consequência dessa decisão é a morte ou a prisão do corpo que ousou fazê-lo.

Este livro parte de uma pergunta simples, que qualquer criança seria capaz de fazer antes de aprender a não a fazer: como é possível que, dezasseis séculos depois de uma multidão ter esfolado uma matemática nas ruas de Alexandria, continue a existir, em pleno século vinte e um, um tribunal — não uma seita marginal, um tribunal — capaz de condenar um homem à morte por uma canção?

A Tese

A resposta que este livro defende, do princípio ao fim, é a seguinte: a ignorância, nos casos que aqui interessam, não é falta de informação. Hipátia não morreu porque Alexandria carecia de matemáticos capazes de a corrigir. Yahaya Sharif-Aminu não foi condenado à morte porque a Nigéria carece de acesso à internet ou à ciência. Em nenhum dos dois casos há um problema de dados em falta. Há uma decisão.

A ignorância que este livro trata é activa, não passiva. É escolhida, cultivada, defendida com determinação — e, em muitos sistemas religiosos, transformada explicitamente em virtude. Não saber passa a chamar-se Fé. Não duvidar passa a chamar-se Obediência. Não perguntar passa a chamar-se Humildade. E discordar — como Hipátia descobriu da forma

mais literal possível, e como Yahaya Sharif-Aminu está a descobrir numa cela nigeriana enquanto este livro é escrito — passa a chamar-se Pecado.

O maior inimigo da civilização não é a ignorância. É a ignorância convencida de que já sabe tudo — e disposta a matar, a prender, a mutilar ou a silenciar quem sugira o contrário.

Declaração de Intenções

Este livro não é imparcial e não pretende sê-lo. É um livro escrito contra uma ideia: a de que uma verdade revelada deve prevalecer sobre a realidade observável. Sempre que essa ideia venceu — em Alexandria no século quinto (a filósofa esfolada nas ruas por uma multidão), em Roma no século dezassete (o astrónomo forçado a negar o que os próprios olhos viam), em Cabul (as escolas fechadas às raparigas), em Teerão (o véu imposto pela lei e pela força), em Kano (o tribunal que pede a força por uma canção), na Louisiana no século vinte e um (os Dez Mandamentos pregados na parede de uma sala de aula) — o resultado foi sempre o mesmo. Menos liberdade. Menos conhecimento. Mais sofrimento, e esse sofrimento distribuído sempre da mesma forma: mais sobre o corpo da mulher do que sobre o do homem, mais sobre a minoria do que sobre a maioria, mais sobre quem pergunta do que sobre quem obedece.

Não vai haver aqui o gesto habitual de equilíbrio protector — a frase amaciadora que garante ao leitor religioso que "isto não se aplica a si", que "isto é só sobre extremistas", que "a verdadeira fé é diferente disto". Esse gesto, por mais bem-intencionado que pareça, é precisamente o tipo de concessão linguística que este livro se recusa a fazer, porque é a mesma concessão que permitiu, durante séculos, tratar cada novo caso de violência dogmática como excepção isolada em vez de como padrão.

Isto não significa, no entanto, confundir o alvo. O alvo deste livro é sempre o dogma — a instituição, o texto, a doutrina, a lei que dele deriva. Nunca o crente individual, enquanto pessoa. Um sistema de crença fundado em autoridade revelada e não sujeita a correcção é estruturalmente diferente de um ser humano que nasceu dentro dele, foi educado dentro dele, e talvez nunca tenha tido a oportunidade real de o questionar. A crítica que se segue é dirigida à arquitectura de poder, não às pessoas que ela captura.

Porquê a Religião

Este livro foca-se na religião — não em ideologias políticas, não em cultos seculares,

não em teorias da conspiração enquanto categoria geral — por uma razão específica, e vale a pena declará-la de forma directa em vez de a deixar implícita: a religião não é apenas mais um exemplo de pensamento dogmático entre muitos. É o protótipo.

Foi a religião que inventou, milénios antes de qualquer partido ou qualquer culto político do século vinte, a tecnologia fundamental de que todo o dogmatismo posterior viria a depender: uma autoridade que se declara infalível à partida, um texto que se declara intocável, uma figura de dissidente — o herege, o apóstata, o blasfemo — cuja simples existência é tratada como ameaça a neutralizar. Stalinismo, nazismo, culto da personalidade: todos copiaram esta arquitectura. Nenhum a inventou. Quando este livro nomeia a religião como objecto central de crítica, não está a escolher um alvo arbitrário entre muitos possíveis — está a apontar para a fonte.

Este não é, por isso, um livro sobre uma religião em particular. Trata do cristianismo e do islão com maior incidência, porque são as duas tradições cujo alcance histórico e geográfico produziu o maior volume de casos documentados e verificáveis — da Inquisição de Roma aos tribunais de Sharia de Kano, do Index Librorum Prohibitorum às madrassas fundamentalistas, do Direito Canónico medieval às leis de blasfémia do Paquistão. Mas o mecanismo que este livro descreve não pertence a nenhuma delas em exclusivo. Pertence à estrutura em si — e é essa estrutura, não uma confissão específica, o verdadeiro alvo destas páginas.

O Caminho

As páginas que se seguem estão organizadas em cinco partes. Primeiro, o mecanismo — o que se passa dentro de um cérebro humano para que prefira a certeza confortável à dúvida desconfortável. Depois, a invenção — como a religião transformou esse mecanismo psicológico numa arquitectura de poder institucional. A seguir, a guerra contra a realidade — os nomes e as datas de quem pagou, com a liberdade ou com a vida, por observar o mundo com rigor. Depois, o custo humano sob teocracia explícita — o corpo da mulher, o corpo do apóstata, o corpo do homossexual, sob lei religiosa declarada. E, por fim, a forma mais recente e mais silenciosa do mesmo fenómeno: a conquista de uma democracia ocidental rica não por decreto, mas por eleição, por nomeação judicial, por currículo escolar — para que nenhum leitor confortavelmente distante de Cabul ou de Teerão feche este livro convencido de que o problema é geograficamente alheio.

Hipátia não teve escolha. Yahaya Sharif-Aminu, numa cela nigeriana, também não tem. O leitor deste livro tem. E a única coisa que se pede, antes da primeira página do Capítulo

1, é a disposição de olhar directamente para o que se segue — sem o conforto habitual de tratar cada caso como excepção.

PARTE I

A ANATOMIA DA RECUSA

CAPÍTULO 1

O Cérebro Confortável

"O cérebro humano não evoluiu para encontrar a verdade. Evoluiu para sobreviver até amanhã. As duas coisas, por vezes, coincidem. Por vezes, não."

Universidade de Indiana, 1948.

B. F. Skinner coloca oito pombos, um de cada vez, dentro de uma caixa. A caixa tem um mecanismo simples: liberta comida em intervalos fixos, de quinze em quinze segundos, independentemente de qualquer coisa que o pombo faça. Não há botão para premir, não há truque a aprender, não há relação nenhuma entre o comportamento da ave e a chegada da comida. É pura coincidência, distribuída ao acaso pelo relógio.

Os pombos não sabem disso. E é aí que a experiência se torna incomodamente reveladora.

Em poucos minutos, seis dos oito pombos desenvolveram rituais. Um rodava sobre si mesmo em sentido anti-horário antes de cada entrega de comida. Outro batia a cabeça repetidamente contra um canto da caixa. Um terceiro balançava o corpo de um lado para o outro, como um pêndulo. Cada pombo tinha, por puro acaso, feito um determinado gesto no momento em que a comida caiu — e o cérebro do pombo, incapaz de conceber que o universo pudesse ser indiferente ao que ele fazia, concluiu que o gesto tinha *causado* a recompensa. Repetiu o gesto. A comida voltou a cair — porque ia cair de qualquer forma, quinze segundos depois, aconteça o que acontecer. A superstição estava instalada.

Skinner chamou a isto "comportamento supersticioso do pombo". O nome é generoso para com a nossa própria espécie, porque o mecanismo que ele descreveu num pombo de laboratório é exactamente o mesmo mecanismo que, na espécie humana, produziu o amuleto, a dança da chuva, a oferenda ao deus da colheita e — como este livro vai argumentar de forma sustentada — a arquitectura inteira da crença dogmática. A diferença entre o pombo de Skinner e um ser humano ajoelhado a pedir uma cura não é de natureza. É de escala, de linguagem e de séculos de elaboração cultural em cima da mesma falha cognitiva primária.

A Máquina de Encontrar Padrões

O cérebro humano é, antes de mais nada, uma máquina de detectar padrões — e a pressão evolutiva que o construiu não recompensou a precisão. Recompensou a rapidez. Imagine-se um antepassado nas savanas africanas a ouvir um ruído entre a vegetação alta. Há duas formas de errar: assumir que é um predador quando é apenas o vento, ou assumir que é o vento quando é de facto um predador. O primeiro erro custa alguns segundos de medo desperdiçado. O segundo custa a vida. Um cérebro que erra sistematicamente para o lado da cautela — que vê intenção e ameaça onde não há nenhuma — sobrevive e reproduz-se. Um cérebro cepticamente rigoroso, que exige prova estatística antes de reagir a um ruído, morre antes de deixar descendência.

Os investigadores que estudam a psicologia cognitiva da religião dão a este mecanismo um nome técnico: dispositivo hiperactivo de detecção de agência. A ideia central é simples — o cérebro humano está afinado para detectar intenção, mente e propósito por trás dos acontecimentos, e prefere sistematicamente atribuir uma causa deliberada a um fenómeno do que aceitar o acaso puro. Um trovão deixa de ser electricidade estática entre nuvens e passa a ser a voz de alguém zangado. Uma colheita perdida deixa de ser um padrão de chuvas irregular e passa a ser um castigo. O universo, para este cérebro, nunca é indiferente. Tem sempre uma opinião sobre nós.

Esta não é uma falha vergonhosa de indivíduos supersticiosos ou pouco instruídos. É a configuração de fábrica da espécie inteira. Antes de qualquer educação religiosa formal, antes de qualquer texto sagrado, o cérebro humano já chega ao mundo predisposto a ver rostos nas nuvens, intenção no acaso, e narrativa onde há apenas estatística. A religião não instalou este mecanismo. Encontrou-o já instalado, e construiu sobre ele a estrutura mais duradoura e mais lucrativa de toda a história humana.

O Medo Como Arquitecto

A superstição não nasce do lazer. Nasce do pânico. Um estudo de campo clássico da antropologia — conduzido pelo antropólogo polaco Bronislaw Malinowski entre os pescadores das ilhas Trobriand, no início do século vinte — mostrou isto com uma clareza quase experimental. Quando os pescadores saíam para a lagoa interior, calma, previsível e sem perigo real, não recorriam a nenhum ritual mágico antes de partir. Quando saíam para o mar alto, onde as correntes eram imprevisíveis e a morte era uma possibilidade real e frequente, executavam sequências elaboradas de magia e ritual antes de cada viagem.

O padrão é claro e repete-se em praticamente todas as culturas humanas estudadas: a

magia e o ritual florescem precisamente nas zonas de maior incerteza e maior risco, e praticamente desaparecem nas zonas de segurança previsível. O ritual não é, na sua origem, uma tentativa sincera de comunicar com uma divindade. É uma tentativa de recuperar, ainda que apenas psicologicamente, uma sensação de controlo perante um mundo que se recusa a ser controlado. Fazer alguma coisa — mesmo que essa coisa não tenha qualquer efeito causal real — é psicologicamente mais suportável do que não fazer nada perante o caos.

Esta é a semente de tudo o resto. Um antepassado que treme perante a doença, a fome, a tempestade e a morte súbita de um filho não tem, na maior parte da história humana, acesso a nenhuma explicação causal real para nenhuma destas coisas. Tem, no entanto, um cérebro desesperado por uma explicação — qualquer explicação — porque a alternativa é viver permanentemente à mercê do acaso puro, e o acaso puro é insuportável para uma mente construída para detectar agência em todo o lado. A explicação mágica não precisa de ser verdadeira. Só precisa de ser suportável.

A Repetição Como Substituto da Prova

Volte-se ao pombo de Skinner por um momento, porque o passo seguinte da experiência é o mais importante de todos. Uma vez instalado o ritual — a rotação, a batida de cabeça, o balanço — o pombo não o abandona quando ele deixa, ocasionalmente, de coincidir com a chegada da comida. Pelo contrário: intensifica-o. Executa o gesto com mais força, mais frequência, mais convicção, como se a falha da magia fosse prova de que não a executou com suficiente fervor — nunca prova de que a magia nunca funcionou.

Isto é a estrutura lógica exacta de toda a oração não respondida, todo o ritual sem efeito mensurável, toda a promessa religiosa que falha e é, ainda assim, interpretada não como falsificação da crença mas como falta de fé de quem a pediu. **A repetição não sobrevive porque funciona. Sobrevive porque, dentro da própria estrutura da crença, nunca há um resultado possível que conte como prova de que não funciona.**

Este é o momento em que o mecanismo psicológico individual — o cérebro confortável, ansioso por padrão e por controlo — começa a transformar-se em algo maior do que um indivíduo assustado perante o caos. Quando um ritual sobrevive à sua própria falha de forma sistemática e previsível, deixa de ser apenas uma peculiaridade cognitiva de um cérebro isolado. Torna-se transmissível. Torna-se ensinável à geração seguinte, antes mesmo de essa geração ser suficientemente crescida para o questionar. E, uma vez que passa a ser partilhado por um grupo inteiro em vez de por um indivíduo, deixa de ser

apenas psicologia. Começa a ser poder.

O Ponto de Viragem

Nada do que foi dito até aqui é, em si mesmo, uma acusação contra a religião. É uma acusação contra a arquitectura do próprio cérebro humano — a mesma que fabrica superstição num pombo de laboratório e num ser humano em pânico perante o mar alto. Todos nascemos com esta vulnerabilidade. Nenhum de nós escolheu tê-la.

Mas há uma diferença decisiva entre ter um cérebro vulnerável ao pensamento mágico e construir, sobre essa vulnerabilidade, uma instituição que a explora, a codifica, a torna obrigatória e pune quem se recusa a participar nela. *É essa diferença — entre o erro cognitivo individual e a sua transformação deliberada em sistema de poder — que separa este capítulo do próximo.*

O pombo de Skinner rodava sozinho na sua caixa, sem ninguém a exigir-lhe que rodasse, sem consequência nenhuma se parasse. O ser humano, como se verá a seguir, raramente tem essa liberdade. Porque assim que a superstição de um indivíduo se torna a crença obrigatória de um grupo, deixar de rodar passa a ter um preço. E é sobre esse preço, sobre o momento exacto em que discordar do grupo passa a ser tratado como pecado, que trata o capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

Quando Discordar é Pecado

"Não é preciso convencer um homem de uma mentira. Basta convencê-lo de que todos à sua volta já acreditam nela."

Swarthmore College, 1951.

O psicólogo Solomon Asch senta, um de cada vez, cinquenta estudantes a uma mesa com mais sete pessoas. Mostra-lhes um cartão com uma linha vertical, e depois um segundo cartão com três linhas de comprimentos diferentes. A tarefa é a coisa mais simples que se pode pedir a um ser humano: dizer em voz alta qual das três linhas tem o mesmo comprimento da primeira. A resposta é óbvia — tão óbvia que, num grupo de controlo sem qualquer pressão social, com participantes a responder sozinhos e em privado, menos de um por cento errou.

O estudante não sabe de uma coisa: as outras sete pessoas à mesa são actores, combinados de antemão com Asch, e o lugar do estudante na mesa foi escolhido a propósito — o penúltimo a responder, para que ouça quase todo o grupo antes de ter de falar. Ao longo de dezoito rondas, os actores respondem correctamente na maioria delas, para não levantar suspeitas. Mas em doze rondas específicas — as "rondas críticas" — todos os actores dizem, em voz alta e com total convicção, exactamente a mesma resposta errada, antes de chegar a vez do estudante falar.

Nessas rondas críticas, trinta e sete por cento das respostas dadas pelos cinquenta participantes reais alinharam-se com a resposta errada do grupo — depois de a terem ouvido, em voz alta, repetida sete vezes seguidas. Não porque os olhos os enganassem — os olhos continuavam a ver a linha certa. Alinharam-se porque, para uma parte significativa dos seres humanos testados, **a realidade visível deixa de ser suficiente quando entra em conflito directo com o consenso do grupo**. Alguns participantes confessaram depois, em entrevista, que sabiam que a resposta do grupo estava errada e a disseram de qualquer forma, só para não destoar. Outros foram mais longe: convenceram-se genuinamente de que os seus próprios olhos os tinham enganado.

Estes segundos — os que deixaram de confiar na própria percepção, não apenas na própria voz — são os mais importantes para o argumento deste capítulo. Não é gente fraca

a mentir por conveniência social. É gente cujo cérebro reescreveu a própria percepção da realidade para a fazer coincidir com o grupo, porque a alternativa — manter-se sozinho contra sete pessoas seguras de si — era psicologicamente mais cara do que abdicar da própria visão. Se isto acontece com uma linha desenhada num cartão, sem qualquer consequência real em jogo, vale a pena perguntar o que acontece quando o desacordo tem um preço — a exclusão da comunidade, a perda da família, o inferno.

O Grupo Como Árbitro da Realidade

A experiência de Asch mede o efeito de sete estranhos, durante meia hora, sem qualquer consequência para além do desconforto momentâneo de discordar. Uma comunidade religiosa não exerce sete vozes durante meia hora. Exerce centenas ou milhares de vozes, ao longo de uma vida inteira, começando antes de a criança ter idade para avaliar criticamente qualquer coisa que lhe seja dita. Se um adulto racional, num laboratório universitário, é capaz de negar a evidência dos próprios olhos por pressão de sete desconhecidos durante meia hora, não é preciso grande imaginação para perceber o que a família, a congregação e a autoridade religiosa combinadas, ao longo de décadas, são capazes de fazer à capacidade de uma pessoa confiar no que observa.

O mecanismo tem um nome simples: o grupo deixa de ser um conjunto de pessoas que partilham uma crença e passa a ser o próprio critério do que conta como realidade. Não é a evidência que decide o que é verdadeiro. É o consenso do grupo — e a evidência que o contradiz não é avaliada, é descartada antes de ser avaliada, porque a sua simples consideração já constitui uma ameaça à pertença.

Da Morte ao Ostracismo

Há uma transição psicológica específica que a religião organizada aperfeiçoou ao longo de milénios: substituir o medo mais antigo e mais universal da espécie — o medo da morte — por um medo mais recente e infinitamente mais controlável por outros seres humanos: o medo da exclusão social e, onde a doutrina o permite, o medo do castigo eterno.

O medo da morte não é manipulável por uma instituição humana. A morte chega de qualquer forma, obedeça-se ou não a quem quer que seja. Mas o medo do ostracismo é inteiramente manipulável, porque é a própria comunidade — não a natureza, não o acaso — quem decide se e quando o aplica. Testemunhas de Jeová praticam, formalmente e até hoje, o "desassociação": um membro que se afasta da doutrina é excluído, e os restantes membros, incluindo familiares directos, são instruídos a cortar contacto social com ele.

Comunidades amish praticam a Meidung, o evitamento formal de quem abandona a igreja. Comunidades judaicas ultra-ortodoxas mantêm, nalguns casos, práticas de herem — exclusão formal do corpo religioso. Os detalhes doutrinários variam de tradição para tradição. A arquitetura psicológica por trás deles é idêntica em todas: transformar a dúvida não num risco intelectual, mas num risco de perder tudo — família, comunidade, identidade — de um dia para o outro.

A isto, em muitas tradições, soma-se um segundo andar de medo, mais absoluto do que qualquer exclusão terrena: o castigo eterno. Uma pessoa pode, em teoria, reconstruir uma vida fora de uma comunidade que a expulsou. Não pode, dentro da lógica da própria doutrina que a ameaça, escapar a uma eternidade de sofrimento consciente. É uma ameaça sem tecto — não há grau de sofrimento terreno que a iguale, e é precisamente essa ausência de limite que a torna tão eficaz a silenciar a dúvida antes de ela sequer se formar em pensamento articulado.

A Armadilha do Falso Respeito

Nem todo o mecanismo de imunização contra a dúvida usa a ameaça directa. O mais sofisticado dos mecanismos nem sequer parece uma ameaça — parece humildade, e é precisamente por isso que funciona tão bem contra um interlocutor de boa-fé.

"Deus sabe mais do que os homens." A frase apresenta-se como reconhecimento modesto dos limites do conhecimento humano. Na prática, funciona como uma cláusula de saída permanente: qualquer contradição, qualquer incoerência, qualquer resultado que desminta a doutrina pode ser absorvido sem custo, porque a explicação está sempre disponível e nunca é verificável. Não é humildade epistemológica. É uma blindagem contra qualquer forma possível de refutação.

"Os caminhos do Senhor são insondáveis." Esta frase faz o mesmo trabalho com uma subtileza adicional: transforma a própria incompreensibilidade em virtude. Uma afirmação que não pode, por definição doutrinária, ser compreendida ou avaliada racionalmente está protegida à partida de qualquer crítica racional. Não é um argumento. É a recusa antecipada de qualquer argumento.

"A ciência também erra." Esta é a mais enganadora das três, porque a premissa é verdadeira — a ciência erra, revê-se e corrige-se publicamente, como se verá em detalhe mais adiante neste livro. O truque retórico está no salto seguinte, não dito em voz alta mas sempre implícito: se a ciência também erra, então o seu grau de fiabilidade seria equiparável ao de uma afirmação sem qualquer mecanismo de verificação externa. A frase não defende

a doutrina com um argumento. Rebaixa o padrão do adversário até ele deixar de ter vantagem visível — sem nunca elevar o padrão da própria doutrina em nada.

Nenhuma destas três fórmulas é, isoladamente, desonesta da parte de quem a pronuncia com sinceridade. É precisamente essa sinceridade que as torna eficazes — quem as usa raramente tem consciência de estar a erguer um escudo retórico. Mas a função continua a mesma independentemente da intenção de quem fala: transformar perguntas legítimas em ameaças à fé, e transformar a recusa de responder a essas perguntas numa virtude chamada humildade.

O Escudo Contra o Escrutínio

O padrão que percorre este capítulo inteiro pode resumir-se numa única frase: o problema começa quando estas fórmulas deixam de ser perguntas genuínas sobre os limites do conhecimento humano e passam a ser escudos accionados automaticamente sempre que a evidência se aproxima demasiado da doutrina. Uma pergunta genuína permanece aberta à resposta que a contraria. Um escudo nunca está.

É este o momento em que a ignorância deixa de ser um estado — algo que se tem, por acidente de nascimento ou de circunstância — e passa a ser uma decisão activa, protegida por um grupo inteiro e reforçada em cada geração antes de a criança seguinte ter idade para a questionar. *Não basta estar errado. É preciso condenar quem está certo.*

O capítulo seguinte leva esta lógica ao seu ambiente mais hostil ao senso comum: um mundo com mais informação disponível do que em qualquer outro momento da história humana, e, ainda assim, com mais negacionismo activo do que nunca. Porque, como se vai ver, o problema nunca foi a falta de dados. Foi sempre a existência de um escudo bem treinado para os manter à distância.

CAPÍTULO 3

A Abundância Imbecilizada

"Nunca a humanidade teve tanta informação ao seu alcance. E nunca teve tanta gente inteligente a usá-la para se enganar melhor."

Universidade de Yale, 2013.

O investigador Dan Kahan divide mais de mil participantes em dois grupos equivalentes em capacidade numérica, e entrega a cada grupo uma tabela de números idêntica, com a tarefa de determinar se um determinado creme dermatológico reduz ou agrava uma erupção cutânea. É um exercício técnico de literacia estatística, sem qualquer carga política. Os participantes com maior capacidade numérica resolvem-no correctamente com mais frequência do que os participantes com menor capacidade numérica. Até aqui, exactamente o que qualquer pessoa esperaria.

Ao segundo grupo, porém, Kahan muda uma única coisa antes de entregar a tabela: os mesmos números, na mesma disposição, com o mesmo problema estrutural, já não descrevem um creme dermatológico — descrevem o efeito de uma lei de controlo de armas sobre a criminalidade. Nenhum participante vê as duas versões; cada um resolve apenas uma, sem saber que existe outra.

O resultado devia ser idêntico, porque a matemática por trás dos números não mudou nada. Não foi o que aconteceu. Quando o resultado numérico correcto contrariava a posição política do participante, **os participantes com maior capacidade numérica — os mais aptos, em teoria, para interpretar dados complexos — erraram com mais frequência do que os participantes com menor capacidade numérica, e fizeram-no com maior confiança.** A competência técnica, em vez de proteger contra o erro, foi usada activamente para construir uma leitura mais sofisticada e mais convincente do resultado errado — desde que o resultado errado coincidisse com aquilo em que já acreditavam.

Kahan chamou a isto "numeracia motivada". O nome técnico importa menos do que a implicação directa: mais capacidade de processar informação não produz automaticamente mais precisão. Produz, com frequência, uma defesa mais elaborada da posição que a pessoa já tinha antes de ver os dados. Isto devia ser uma notícia desconfortável para qualquer um que acredite, de boa-fé, que basta mostrar os factos a

alguém para essa pessoa mudar de opinião. Os factos, por si só, raramente têm esse poder — e é essa a razão pela qual este capítulo tem de existir.

A Informação Não Cura a Identidade

O erro mais comum de quem tenta combater o negacionismo — científico, histórico ou religioso — é assumir que se trata de um problema de défice informativo: as pessoas acreditam em coisas falsas porque não têm acesso à informação correcta, e a solução é, portanto, entregar-lhes essa informação. Este modelo explicava razoavelmente bem um mundo com acesso escasso a dados. Explica cada vez pior o mundo actual, onde qualquer pessoa com um telemóvel tem, literalmente no bolso, acesso instantâneo a mais conhecimento verificado do que existia em toda a Biblioteca de Alexandria — e onde, ainda assim, o negacionismo científico, o pensamento conspirativo e o fundamentalismo religioso não recuaram na proporção correspondente.

A razão é a que a experiência de Kahan expõe com desconfortável clareza: quando uma crença deixa de ser uma opinião sobre factos e passa a ser parte da identidade de uma pessoa — parte de quem ela é, de a que grupo pertence, de quem ama e de quem a ama de volta — a mente deixa de processar informação nova como um cientista a testar uma hipótese. Passa a processá-la como um advogado de defesa, cuja única tarefa é proteger o cliente, não descobrir a verdade. A informação que ajuda o caso é aceite sem exame crítico nenhum. A informação que o prejudica é examinada com um rigor céptico que, ironicamente, seria admirável se fosse aplicado de forma consistente.

A Câmara de Eco Algorítmica

Se a numeracia motivada já era um problema antes da internet, as redes sociais não o resolveram — construíram-lhe uma infra-estrutura industrial. Os sistemas de recomendação que decidem o que cada pessoa vê a seguir não foram desenhados para maximizar a precisão factual do que é mostrado. Foram desenhados para maximizar o tempo de permanência no ecrã, e a forma mais eficaz de manter alguém a olhar para um ecrã é mostrar-lhe, uma e outra vez, conteúdo que confirma o que essa pessoa já quer acreditar. O algoritmo não tem opinião sobre a Terra ser redonda. Tem uma métrica a otimizar, e descobriu, sem qualquer intenção ideológica própria, que a certeza reconfortante retém mais atenção do que a dúvida desconfortável.

O resultado é um ambiente informativo em que uma comunidade religiosa fundamentalista, uma comunidade antivacinas e um grupo que acredita que a Terra é plana

partilham exactamente a mesma estrutura de reforço: cada membro está rodeado, quase exclusivamente, por vozes que confirmam a sua crença, e cada desafio ocasional a essa crença — em vez de ser avaliado com curiosidade — é recebido como mais uma prova de que "eles" estão a atacar "nós". A tecnologia é nova. O mecanismo psicológico não é: é a mesma armadilha do falso respeito descrita no capítulo anterior, agora automatizada e distribuída a uma escala que nenhuma congregação humana alguma vez conseguiu igualar sozinha.

O Mesmo Molde, Séculos Depois

Vale a pena notar, antes de este livro avançar para a religião especificamente, uma coisa que a numeracia motivada e a câmara de eco tornam impossível ignorar: o negacionismo moderno — vacinas, alterações climáticas, forma do planeta, eleições — raramente nasce dentro de instituições religiosas tradicionais, mas adota, com uma fidelidade notável, exactamente a mesma arquitectura que a religião passou milénios a aperfeiçoar. Uma verdade revelada por uma autoridade de confiança. Um grupo que confirma essa verdade e pune o desvio dela. Um vocabulário que transforma a dúvida alheia em ataque, e a lealdade ao grupo em virtude. A tecnologia mudou de fogueira para feed algorítmico. A estrutura, mais uma vez, não mudou nada.

É esta continuidade — entre o pensamento mágico do Capítulo 1, a pressão de grupo do Capítulo 2, e o negacionismo moderno alimentado por algoritmo neste capítulo — que fecha a Parte I deste livro. *O mecanismo psicológico e social que torna qualquer dogmatismo possível já está, a esta altura, exposto por completo: um cérebro que procura padrão onde só há acaso, um grupo que decide o que conta como realidade, e um ambiente informativo — religioso ou digital — construído para blindar essa decisão contra qualquer prova em contrário.*

A Parte II deste livro deixa de tratar do mecanismo em geral e nomeia, de forma directa e sem rodeios, quem melhor soube explorá-lo, codificá-lo em lei, e transformá-lo na estrutura de poder mais duradoura da história humana: a religião organizada. É aí que este livro deixa de falar sobre o cérebro humano e começa a falar sobre quem o capturou.

PARTE II

A INVENÇÃO DA AUTORIDADE ABSOLUTA

CAPÍTULO 4

A Maior Invenção do Homem

"A maior invenção da religião não foi um deus. Foi uma forma de tornar essa invenção impossível de contestar."

Que autoridade seria suficientemente forte para que um ser humano obedecesse sem nunca perguntar porquê — que não dependesse de força militar, nem de simpatia pessoal, nem sequer de estar certa? A espécie humana respondeu a esta pergunta uma única vez, com uma eficácia tão completa que a resposta nunca mais precisou de ser reinventada. Só teve de ser copiada, século após século, com um novo nome de deus cada vez que o anterior deixava de convencer.

Essa resposta está esculpida, literalmente, numa coluna de basalto negro.

Museu do Louvre, sala 227.

Uma coluna de basalto negro, com quase dois metros e meio de altura, está de pé sob luz controlada. No topo, esculpido em baixo-relevo, um homem de pé recebe instruções de uma figura sentada, coroada com chifres, chamadas a subir-lhe dos ombros. O homem de pé é Hamurabi, rei da Babilónia. A figura sentada é Shamash, deus do sol e da justiça. Por baixo da imagem, gravado em escrita cuneiforme ao longo de quase quatro mil linhas, está o código de leis mais antigo que chegou até nós na sua quase totalidade — trinta e cinco séculos antes da Constituição dos Estados Unidos.

O que interessa aqui não é o conteúdo das leis, muitas delas surpreendentemente pragmáticas para a época. O que interessa é o que está esculpido por cima delas: a fonte da sua autoridade não é o povo, não é o costume, não é sequer o próprio Hamurabi. É um deus, entregando pessoalmente o mandato de governar a um homem escolhido. Qualquer súbdito que discordasse de uma destas leis não estava a discordar de um rei. Estava a discordar de Shamash.

Este é, com toda a probabilidade, o primeiro exemplo documentado à escala de uma civilização inteira de um truque que a espécie humana nunca mais deixou de usar: **transformar uma decisão humana — política, moral, económica — numa ordem divina, retirando-a assim, de um só golpe, de qualquer discussão possível.** Não é preciso convencer ninguém com argumentos quando se pode, em vez disso, assinar a lei

com o nome de um deus.

A Invenção Real

Este livro chama-lhe, sem rodeios, a maior invenção da história humana — e fá-lo de forma deliberadamente irónica, porque a invenção não foi nenhum deus específico. Zeus, Marduk, Javé, Alá: nenhum destes nomes é, em si mesmo, o mecanismo. O mecanismo é mais abstracto e infinitamente mais poderoso do que qualquer divindade individual. É a invenção da autoridade epistemológica absoluta — um sistema capaz de transformar uma afirmação sem qualquer prova verificável numa obrigação moral, jurídica e política, e de o fazer de uma forma estruturalmente imune a qualquer refutação, porque a própria fonte da afirmação está, por definição, para lá do alcance do escrutínio humano.

Compare-se este mecanismo com qualquer outra forma de autoridade que a história humana tenha produzido. Um rei pode ser deposto — a sua autoridade assenta em força militar e lealdade política, ambas mensuráveis e ambas, no limite, contestáveis pela força ou pelo voto. Um ancião de tribo pode ser desafiado por um rival mais forte ou mais sábio. Mas uma lei assinada por um deus não pode, dentro da própria lógica do sistema, ser contestada por nenhum ser humano, porque contestá-la exigiria primeiro ter acesso à mesma autoridade que a produziu — e esse acesso está, convenientemente, reservado a quem já governa.

Esta é a diferença entre poder e poder blindado. O poder político comum precisa de se defender constantemente contra a possibilidade de estar errado. A autoridade epistemológica absoluta nasce já imune a essa possibilidade. Não precisa de vencer um argumento. Precisa apenas de garantir que o argumento nunca seja, à partida, admissível.

O Sacerdócio Como Classe de Poder

Se a autoridade divina resolveu o problema de blindar a lei contra o escrutínio, faltava ainda resolver um segundo problema, tão importante como o primeiro: quem fala pelos deuses quando os deuses, convenientemente, nunca aparecem para falar por si próprios? A resposta, em praticamente todas as civilizações antigas de que há registo, foi a mesma — uma classe especializada, hereditária ou fortemente controlada no acesso, que se apresentava como o único canal legítimo entre a vontade divina e a população: o sacerdócio.

No Egipto antigo, os sacerdotes do templo de Amón em Tebas não geriam apenas o

culto religioso — geriam terras agrícolas, mão-de-obra, celeiros de cereal e, em certos períodos, uma fatia do rendimento do país comparável à do próprio faraó. Controlavam também o calendário: sabiam prever, através da observação da estrela Sírio, o momento exacto da cheia anual do Nilo, o acontecimento mais importante para a sobrevivência de todo o Egito. Essa capacidade de previsão não era apresentada ao povo como astronomia — era apresentada como comunicação directa com o divino. O conhecimento técnico real, que hoje reconheceríamos sem hesitação como ciência aplicada, foi deliberadamente codificado como milagre, porque um milagre gera submissão de um modo que uma tabela astronómica nunca conseguiria gerar sozinha.

Na Babilónia, os sacerdotes-astrónomos dos templos registavam, ao longo de séculos, o movimento dos corpos celestes com um rigor notável para a época — os registos babilónicos de eclipses, hoje estudados por historiadores da ciência, estão entre os mais antigos e mais precisos do mundo antigo. Mas esse conhecimento não era partilhado como ciência aberta a quem o quisesse aprender. Era interpretado como presságio, reservado a uma casta iniciada, e usado para aconselhar reis sobre quando atacar, quando plantar, quando recuar. O acesso ao céu tornou-se acesso ao poder, e o acesso ao poder foi cuidadosamente mantido dentro de muito poucas mãos.

O padrão que liga o Egito à Babilónia, e que se repetirá adiante neste livro na Europa medieval e no mundo islâmico clássico, é sempre o mesmo: sempre que uma classe sacerdotal deteve conhecimento técnico real — astronomia, matemática, medicina, agricultura — esse conhecimento foi sistematicamente envolto em linguagem religiosa e retirado do acesso público, não porque a religião fosse incompatível com o conhecimento, mas precisamente porque o conhecimento, mantido escasso e místico, era a fonte mais fiável de poder de que essa classe dispunha.

Da Previsão à Obrigação

Há um último passo, sem o qual a invenção não estaria completa. Não basta uma autoridade inatacável e uma classe que a administra — é preciso ainda que a população interiorize essa autoridade como obrigação moral, não apenas como imposição externa. Um súbdito que obedece só porque teme o castigo obedece de forma instável: procura sempre a oportunidade de escapar sem ser apanhado. Um súbdito que acredita, genuinamente, que desobedecer é moralmente errado — não apenas arriscado, mas errado — obedece mesmo quando ninguém está a vigiar.

Este é o verdadeiro triunfo da invenção descrita neste capítulo: transformar a

obediência de um cálculo de risco externo numa convicção interna. *É esse triunfo — a fabricação deliberada da consciência que se policia a si própria — que o capítulo seguinte vai desmontar em detalhe, olhando não já para reis e sacerdotes, mas para a criança a quem se ensina, antes de ter idade para perguntar porquê, que duvidar é um pecado.*

A estela de Hamurabi está hoje protegida por vidro num museu parisiense, visitada por turistas que fotografam a cena de Shamash sem pensarem duas vezes nela. Mas o mecanismo que ela regista pela primeira vez de forma monumental nunca deixou de funcionar. Mudou de escultura para escritura, de escritura para catecismo, de catecismo para lei estatal. O nome do deus mudou dezenas de vezes ao longo de quatro milénios. A estrutura por baixo do nome nunca mudou nada.

CAPÍTULO 5

A Virtude de Obedecer

"Não se convence uma criança com um argumento. Convence-se uma criança com um inferno."

Cedar Hill, Texas, EUA, mês de Outubro, ano após ano.

Todos os anos, dezenas de igrejas evangélicas norte-americanas montam aquilo a que chamam "casas do inferno" — hell houses. A fórmula, replicada de congregação em congregação desde os anos oitenta do século XX, é sempre semelhante: adolescentes da própria comunidade são levados, sala por sala, através de encenações teatrais com actores, sangue falso e luz vermelha, que mostram jovens da sua idade a sofrer as consequências eternas do pecado. Uma sala mostra uma adolescente a morrer numa mesa de aborto clandestino, arrastada por demónios para o fogo. Outra mostra um jovem homossexual a morrer de sida, também arrastado por demónios. A última sala mostra sempre o mesmo destino — chamas, gritos, actores maquilhados a representar condenados eternos — seguida de uma saída para uma sala iluminada onde um pastor espera para conduzir os adolescentes assustados a uma oração de conversão, ali mesmo, enquanto o medo ainda está fresco.

A eficácia do método não é segredo para quem o organiza: pastores que promovem hell houses referem-se a estas noites, em entrevistas e sermões próprios, como as ocasiões do ano com mais pedidos de conversão — uma afirmação que, mesmo sem estatística formal independente a sustentá-la, é repetida com convicção suficiente para continuar a justificar o investimento anual na produção. E o método não tem, estruturalmente, nada de misterioso: junta uma audiência mais vulnerável ao medo — crianças e adolescentes, cujo córtex pré-frontal, responsável por avaliar risco e ponderar racionalmente uma ameaça, ainda está a anos de distância de terminar o seu desenvolvimento — a uma ameaça sem limite temporal nem prova possível de verificação, e oferece, imediatamente a seguir, uma única saída clara: aceitar, ali, sem tempo para reflectir.

O Catecismo Como Manual de Medo

As hell houses norte-americanas do século vinte e vinte e um não inventaram nada.

Modernizaram, com luzes e actores, um instrumento pedagógico que a Igreja Católica tinha aperfeiçoado com texto impresso quatro séculos antes. O Catecismo da Doutrina Cristã, escrito pelo padre jesuíta Marcos Jorge em 1561 e usado durante gerações em Portugal e no Brasil como manual obrigatório de instrução religiosa infantil, segue uma estrutura de perguntas e respostas curtas, feitas para serem decoradas de cor por crianças que muitas vezes nem compreendiam totalmente o que repetiam. Entre as perguntas fundamentais estava sempre alguma variante de: o que acontece a quem morre em pecado mortal? A resposta, memorizada por gerações de crianças portuguesas antes de saberem ler, era invariável — o fogo eterno do inferno, sem misericórdia e sem fim.

O formato de pergunta e resposta memorizada não é pedagogicamente neutro. É desenhado, ainda que não necessariamente de forma consciente por quem o escreveu, para instalar uma conclusão como facto adquirido antes de a criança ter maturidade cognitiva para a avaliar criticamente. Uma criança de seis ou sete anos não delibera sobre a doutrina do inferno da mesma forma que delibera, em adulto, sobre uma proposta política. Absorve-a como absorve a gramática da própria língua materna — não como algo que escolheu aceitar, mas como algo que nunca soube que era possível questionar.

A Arquitectura da Pedagogia do Medo

Três elementos, combinados, produzem o efeito pretendido, e nenhuma tradição religiosa que use este método o inventou por acidente — foi refinado ao longo de séculos de tentativa e erro pedagógico, com o resultado desejado sempre a orientar o ajuste.

Primeiro, a ameaça é apresentada como certeza, nunca como possibilidade. Não se ensina à criança que talvez exista um inferno, sujeito a debate teológico. Ensina-se como facto tão estabelecido quanto a existência do sol. A ausência de dúvida na transmissão elimina, antes mesmo de começar, o espaço mental onde a dúvida poderia mais tarde germinar.

Segundo, a ameaça não tem limite temporal nem grau. Um castigo terreno, por mais severo, tem sempre um fim — mesmo a pena de morte é finita. O inferno, tal como ensinado nestas tradições, é eterno e, nalgumas formulações, de intensidade máxima permanente. Um cérebro humano, treinado pela evolução para calcular risco em termos finitos e comparáveis, não tem ferramenta cognitiva adequada para processar uma ameaça literalmente sem limite — e por isso reage a ela não com cálculo racional, mas com pânico bruto, que é exactamente o estado emocional menos compatível com o pensamento crítico.

Terceiro, a saída da ameaça é sempre simples, imediata e controlada pela mesma

autoridade que a instalou. Não é preciso investigação, não é preciso tempo, não é preciso segunda opinião — apenas aceitação e obediência continuada. Isto fecha o círculo: a mesma instituição que fabrica o medo apresenta-se, simultaneamente, como o único remédio disponível para esse medo.

O Mesmo Molde, Outro Alfabeto

Este padrão não é propriedade exclusiva do cristianismo, e seria intelectualmente desonesto sugerir que é. Em madrassas de orientação fundamentalista — não na generalidade das escolas corânicas, que em muitas regiões do mundo muçulmano funcionam como instrução religiosa comum sem componente coercivo assinalável, mas especificamente nas de orientação fundamentalista, documentadas nomeadamente em regiões do Afeganistão e do Paquistão sob influência talibã — o método pedagógico central continua a ser a memorização integral de texto sagrado, muitas vezes numa língua árabe clássica que a criança falante de pashto ou urdu não domina para além da repetição sonora, associada a punição física documentada em relatórios de organizações de direitos humanos para quem erra a recitação. A criança não é convidada a compreender o texto. É treinada a temê-lo e a reproduzi-lo sem erro.

A diferença de alfabeto, de língua sagrada, de nome da divindade invocada, é real e não deve ser apagada por preguiça analítica. Mas a arquitectura psicológica por baixo — certeza absoluta apresentada sem alternativa, ameaça sem limite temporal, obediência como única saída, tudo isto instalado antes da criança ter ferramentas para avaliar criticamente o que está a receber — é, nos seus elementos estruturais, a mesma máquina descrita neste capítulo desde a primeira página, montada em Cedar Hill, Texas, ou numa sala de aula em Lisboa em 1650, ou numa madrassa fundamentalista do Afeganistão contemporâneo.

O Que Fica Depois do Medo

Vale a pena terminar este capítulo com uma distinção que não vamos deixar de repetir: nada disto é uma acusação às crianças que passaram por estas experiências, nem sequer, na maior parte dos casos, aos pais e professores que as reproduziram de boa-fé, transmitindo exactamente aquilo que lhes tinha sido transmitido a eles. A acusação é dirigida à arquitectura institucional que concebeu o método, o refinou ao longo de séculos, e continua, até hoje, a aplicá-lo deliberadamente a mentes ainda incapazes de se defenderem dele.

Uma vez instalado o medo, resta ainda uma última peça para completar o sistema:

garantir que o conhecimento que poderia, mais tarde, desafiar o que foi ensinado na infância nunca chegue a essa mente adulta. *É essa peça — a supressão activa do conhecimento concorrente, da biblioteca queimada ao livro proibido — que o capítulo seguinte descreve.*

CAPÍTULO 6

O Muro do Templo vs. A Biblioteca

"Sempre que um livro foi queimado, uma religião acreditava ter a verdade; sempre que uma biblioteca foi erguida, alguém admitiu que tinha de aprender."

Maní, Yucatán, 12 de Julho de 1562.

O frade franciscano Diego de Landa reúne, numa praça pública, tudo o que a sua campanha de meses conseguiu confiscar às comunidades maias da região: centenas de códices — livros dobrados em acordeão, pintados à mão em papel de casca de árvore, contendo séculos de astronomia, calendário ritual, genealogia e conhecimento acumulado de uma civilização inteira. Segundo o próprio relato que Landa deixaria escrito anos mais tarde, quase nenhum destes livros continha algo que um leitor europeu reconhecesse como ameaça política. Continham, sobretudo, ciência maia — cálculos astronómicos de notável precisão, o mesmo tipo de conhecimento que, na Europa da época, era tratado como coroa da civilização.

Landa ordenou que ardessem todos. Descreveu depois, sem qualquer sinal de dúvida moral, que os maias presentes reagiram com um sofrimento profundo — e reconheceu essa reacção não como motivo de reconsideração, mas como confirmação de que estava a extirpar algo de valor real para eles, algo que precisava, precisamente por isso, de ser destruído. Restam hoje, de toda a produção escrita da civilização maia clássica, apenas quatro códices conhecidos em todo o mundo. Um deles sobreviveu por estar, na altura da fogueira, do outro lado do oceano.

Não houve, neste episódio, ambiguidade nenhuma sobre o motivo. Landa não queimou os códices porque continham erros verificáveis. Queimou-os porque continham uma explicação do mundo que competia com a sua, e a competição, para uma autoridade que se acredita depositária exclusiva da verdade, é sempre insuportável.

O Catálogo Oficial da Proibição

O que Diego de Landa fez com fogo e improviso numa praça colonial, a Igreja Católica institucionalizou, formalizou e manteve activo durante mais de quatro séculos. O Index Librorum Prohibitorum — a lista oficial de livros proibidos aos fiéis católicos, publicada

pela primeira vez em 1559 e mantida em actualização regular até à sua abolição formal em 1966 — não foi um episódio isolado de fanatismo local. Foi um instrumento burocrático permanente, gerido por uma congregação dedicada em Roma, com processo formal de denúncia, avaliação e proibição, aplicado a autores como Galileu, Kepler, Copérnico, Descartes, Voltaire, Locke e Hume.

O detalhe mais revelador do Index não é a lista de nomes — é o critério. Um livro não precisava de ser factualmente errado para lá entrar. Precisava apenas de contradizer a doutrina estabelecida, ou de a colocar em dúvida de forma suficientemente persuasiva para representar risco. Copérnico não foi proibido por erro de cálculo astronómico — o seu modelo heliocêntrico está, no essencial, correcto. Foi proibido porque a correcção do seu modelo era, ela própria, o problema.

Alexandria, Com o Rigor Que o Caso Exige

Nenhum capítulo sobre a destruição religiosa do conhecimento pode evitar a Biblioteca de Alexandria — mas nenhum livro que se pretenda intelectualmente honesto pode tratá-la com a simplicidade da lenda popular. A destruição da maior biblioteca do mundo antigo não foi um único incêndio ateado por um único fanático religioso numa única tarde, por mais que essa versão seja mais fácil de contar. Foi um processo prolongado ao longo de séculos, com várias causas sobrepostas e historicamente distintas: danos colaterais durante o cerco de Júlio César em 48 antes de Cristo, o declínio gradual do financiamento ptolomaico e depois romano ao longo de gerações, e — este episódio sim, bem documentado e directamente religioso — a destruição do Serapeu de Alexandria, o templo-anexo que albergava uma parte substancial da colecção sobrevivente, por uma multidão cristã em 391 depois de Cristo, sob autorização do patriarca Teófilo, na sequência de um decreto imperial contra templos pagãos.

A versão exagerada e simplificada — um único incêndio religioso a apagar de vez o conhecimento antigo — não serve a este livro melhor do que a verdade. A verdade histórica, com as suas várias causas e os seus vários séculos, já é suficientemente grave: mostra uma instituição religiosa a participar activamente, ainda que não isoladamente, na eliminação física de um dos maiores repositórios de conhecimento da Antiguidade — e mostra também como é fácil, mesmo para quem está do lado certo do argumento, cair na tentação de simplificar a história até ao ponto em que deixa de ser verdade.

Timbuctu e Mossul: A Mesma Fogueira, Outro Século

Em 2012 e 2013, combatentes jihadistas ligados à Al-Qaeda no Magrebe Islâmico ocuparam Timbuctu, no Mali, cidade que abrigava, em bibliotecas públicas e colecções familiares privadas, um dos maiores acervos de manuscritos islâmicos medievais do mundo — mais de trezentos e setenta mil documentos, cobrindo astronomia, medicina, direito, matemática e poesia, muitos deles com centenas de anos. Os ocupantes declararam esse património um perigo à pureza da fé e ameaçaram destruí-lo sistematicamente.

O que se seguiu é, ao mesmo tempo, uma história de destruição real e de resistência notável: o bibliotecário local Abdel Kader Haidara organizou, em segredo e a grande risco pessoal, a evacuação de centenas de milhares de manuscritos, escondidos em malas e caixotes de metal e transportados de barco e de carro através de território de guerra até à capital, Bamako. Ainda assim, quando os jihadistas se retiraram da cidade em 2013 sob pressão militar francesa, incendiaram deliberadamente parte do que restava — cerca de quatro mil manuscritos foram destruídos no próprio acto de fuga, como último gesto antes de perder o controlo do território.

Em 2015, no Iraque, combatentes do autoproclamado Estado Islâmico ocuparam a Biblioteca Central de Mossul e filmaram, para propaganda própria, a destruição deliberada de milhares de volumes — manuscritos raros, mapas antigos, livros científicos otomanos — atirados ao chão, rasgados e queimados diante das câmaras que os próprios combatentes trouxeram para documentar o acto. Não houve, neste caso, ambiguidade de autoria nem debate historiográfico sobre a causa. Os autores filmaram-se a si mesmos, com orgulho, a fazer exactamente aquilo que este capítulo descreve desde a primeira página.

A Mesma Fogueira

De Maní a Alexandria, de Alexandria a Timbuctu, de Timbuctu a Mossul: mudam os séculos, mudam as línguas dos livros queimados, muda o nome do deus invocado para justificar o fogo. A lógica interna do acto não muda nada. Um livro representa, para qualquer autoridade que se declara depositária exclusiva da verdade, um risco existencial — porque um livro guarda uma explicação alternativa do mundo, disponível a qualquer pessoa que aprenda a lê-lo, sem precisar de pedir licença a ninguém.

É esta hostilidade estrutural ao conhecimento concorrente — não um desvio ocasional de indivíduos particularmente extremistas, mas um padrão que atravessa continentes e séculos com uma consistência notável — que o capítulo seguinte precisa de confrontar directamente. *Porque a esta altura do livro, uma objecção previsível já deveria estar a formar-se na cabeça*

de qualquer leitor atento: e os cientistas religiosos? E a caridade religiosa? Não é isto tudo um exagero selectivo?

É a essa objecção, sem desviar o olhar dela, que o próximo capítulo responde.

CAPÍTULO 7

"Sim, Mas a Fé Também Fez Bem"

"A pergunta nunca foi se algum crente fez ciência. A pergunta é o que acontece a um crente que faz ciência assim que essa ciência contradiz o dogma."

Cambridge, algures depois de 1670.

Isaac Newton escreve, ao longo da vida adulta, mais páginas sobre teologia, cronologia bíblica e alquimia do que sobre física e matemática combinadas. Isto não é uma curiosidade menor da sua biografia — é, para o argumento deste capítulo, o ponto de partida mais importante. Porque a teologia privada de Newton não era ortodoxa. Newton rejeitava, em segredo, a doutrina da Trindade — a crença de que Pai, Filho e Espírito Santo são uma única substância divina, pedra angular do cristianismo niceno desde o século quarto. Considerava-a uma corrupção histórica do cristianismo original, introduzida séculos depois da vida de Jesus.

Newton nunca publicou esta convicção. Guardou-a em manuscritos privados, só tornados públicos muito depois da sua morte, precisamente porque negar publicamente a Trindade na Inglaterra do século dezassete não era uma excentricidade académica tolerável — era heresia com consequências reais: exclusão de cargos universitários, académicos e, em casos mais extremos ao longo da história europeia, processo criminal. Newton, o maior cientista da sua geração, fez o cálculo e escolheu o silêncio.

Este facto, por si só, já reformula a pergunta que este capítulo se propõe responder. Não é "como é que um génio científico pôde também ser religioso?" É a pergunta oposta, mais incómoda e mais reveladora: mesmo o maior cientista da sua época sentiu necessidade de esconder as próprias convicções religiosas reais da autoridade eclesiástica, por saber exactamente o preço de as tornar públicas.

Mendel e Lemaître: A Ciência Feita à Margem, Não Através da Doutrina

Gregor Mendel, frade agostinho num mosteiro na Morávia, passou anos a cruzar milhares de plantas de ervilha no jardim do convento, registando com rigor estatístico meticuloso os padrões de herança de características simples — a base fundacional da genética moderna. É um facto genuíno e vale a pena declará-lo sem reservas: a vida

monástica deu a Mendel tempo, espaço físico e estabilidade material para conduzir uma investigação que um camponês sem acesso a essa estrutura jamais teria conseguido realizar.

Mas é preciso notar o que a instituição religiosa não fez: não avaliou o trabalho de Mendel pelos critérios da própria doutrina, não o promoveu como confirmação de nenhum ensinamento católico, e, de facto, praticamente ignorou-o. A comunidade científica europeia, secular na sua estrutura de publicação e avaliação por pares, redescobriria o trabalho de Mendel só décadas mais tarde, e fá-lo-ia pelos critérios da ciência experimental, não da fé. O mosteiro deu a Mendel um jardim. Não lhe deu, nem podia dar, o veredicto sobre se as suas conclusões estavam certas — isso só a repetição experimental por outros cientistas, ao longo de gerações, conseguiu determinar.

Georges Lemaître, padre católico e físico belga, propôs em 1927 aquilo que ficaria conhecido como a teoria do Big Bang — um universo em expansão a partir de um estado inicial extremamente denso, a que chamou "átomo primordial". Quando, anos depois, o papa Pio XII sugeriu publicamente que a teoria de Lemaître confirmava cientificamente o relato bíblico da criação, foi o próprio Lemaître — sacerdote, não apenas físico — quem se opôs a essa leitura, de forma explícita e pública, insistindo junto do Vaticano para que a afirmação fosse retirada. Lemaître defendia, com uma clareza que muitos apologistas religiosos posteriores preferem ignorar, que a física e a teologia eram "dois caminhos para a verdade" que deviam permanecer metodologicamente separados — e que usar uma para validar prematuramente a outra era mau serviço a ambas.

Se há uma lição a retirar de Lemaître para este livro, não é "a Igreja produziu um grande cosmólogo". É o oposto: o próprio cosmólogo católico, na posição mais privilegiada possível para reclamar essa vitória para a sua Igreja, recusou-se a fazê-lo — porque sabia, melhor do que ninguém, que confundir revelação com método científico corrompe os dois.

A Distinção Que Faz Toda a Diferença

Newton, Mendel e Lemaître partilham um padrão estrutural que este livro não pode deixar de nomear com precisão: em nenhum dos três casos foi a autoridade dogmática institucional — o Vaticano, a hierarquia anglicana, o consenso teológico da época — quem validou, gerou ou protegeu a descoberta científica. Em todos os três casos, o cientista teve de operar, consciente ou inconscientemente, fora do circuito de autoridade revelada e dentro do método empírico: observação, medição, cálculo, verificação, exposição pública ao escrutínio de pares capazes de a contestar.

É esta a distinção central deste capítulo, e é sobre ela que assenta toda a arquitectura argumentativa do livro: uma coisa é um ser humano manter, em privado, uma fé pessoal, ao mesmo tempo que pratica ciência segundo o método científico. Outra, completamente diferente, é uma instituição afirmar possuir autoridade epistemológica absoluta sobre o que pode ou não ser verdade, e usar essa autoridade para decidir, antecipadamente e sem apelo, quais as conclusões científicas que são permitidas. Newton pôde ser um cientista brilhante e um herético secreto ao mesmo tempo, precisamente porque manteve o segundo em segredo. Galileu, como se verá em detalhe mais adiante neste livro, não teve essa opção — porque a sua conclusão científica entrou em colisão directa e pública com a autoridade dogmática institucional, e essa colisão, não a qualidade do seu trabalho, decidiu o resultado.

"Isto É Abuso da Religião, Não a Religião em Si"

Esta é, provavelmente, a objecção mais repetida contra qualquer livro como este, e merece ser posta na sua forma mais forte antes de se lhe responder. Porque a versão mais fraca desta objecção — "há muita gente religiosa boa" — é verdadeira e irrelevante, fácil de conceder sem custo nenhum para a tese deste livro. A versão forte é outra, e é preciso senti-la a sério antes de a rebater.

San Salvador, 24 de Março de 1980.

O arcebispo Óscar Romero é assassinado a tiro por um esquadrão da morte de extrema-direita enquanto celebra missa — morto precisamente por usar a autoridade religiosa que tinha para denunciar, em sermões transmitidos por rádio a todo o país, a repressão violenta de uma ditadura militar contra camponeses pobres. Na noite anterior à sua morte, Romero tinha-se dirigido directamente aos soldados: "Nenhum soldado é obrigado a obedecer a uma ordem contrária à lei de Deus. Ninguém tem de cumprir uma lei imoral." Não invocou direitos humanos abstractos. Invocou Deus contra o Estado, na cara do Estado, e morreu por isso.

Se este livro afirma que a autoridade religiosa é, por desenho estrutural, mais capaz de blindar o poder do que de o desafiar, Romero é exactamente o tipo de caso que devia ser impossível de explicar. *Um homem usou a linguagem da fé, a autoridade do púlpito e a estrutura da própria Igreja Católica para se colocar directamente contra um regime armado — e pagou por isso com a vida, tal como os mártires seculares que este livro celebra noutros capítulos. Não é um caso isolado: a teologia da libertação que o inspirou mobilizou dezenas de padres e freiras por toda a América Latina, na mesma década, com o mesmo risco.*

Vale a pena deixar esta objecção respirar, porque ela não se resolve com uma frase de

retórica. Se a autoridade religiosa fosse tão estruturalmente inclinada à opressão como este livro argumenta, porque é que produziu, repetidamente, homens e mulheres dispostos a morrer precisamente para a virar contra o poder estabelecido?

O Que Romero Realmente Prova

A resposta não está em negar a coragem de Romero, nem a de qualquer padre ou freira que morreu ao seu lado. Está em olhar, com o mesmo rigor que este livro tem aplicado a todos os outros casos, para o que aconteceu à instituição que Romero servia — não ao homem, mas à hierarquia por cima dele.

Enquanto Romero denunciava a repressão, a Congregação para a Doutrina da Fé em Roma — dirigida, a partir de 1981, pelo cardeal Joseph Ratzinger, futuro papa Bento XVI — publicava instruções oficiais a criticar a teologia da libertação pela sua proximidade com o marxismo, tratando o movimento com desconfiança institucional prolongada, não com apoio. **Romero só foi formalmente reconhecido como mártir da Igreja em 2015, e só canonizado santo a 14 de Outubro de 2018 — trinta e oito anos depois de ter sido morto a tiro no altar.**

Este é, ponto por ponto, o mesmo padrão que o Capítulo 10 deste livro documenta com Galileu: um indivíduo corajoso, a operar apesar da estrutura institucional que o rodeia, não graças a ela — seguido de um reconhecimento institucional tardio, cauteloso, e só depois de a posição de Romero já ter sido validada por décadas de história e de pressão externa. *A autoridade religiosa não impediu Romero de agir — mas também não o protegeu, não o promoveu enquanto estava vivo, e demorou uma geração inteira a reconhecer que ele tinha razão. Isso não é uma refutação da tese deste livro. É outra confirmação dela, com um herói em vez de uma vítima anónima.*

A objecção forte, portanto, sobrevive parcialmente: a fé religiosa é claramente capaz de produzir coragem moral extraordinária ao nível do indivíduo. O que este livro contesta não é essa capacidade individual — é a ideia de que a estrutura institucional por cima dela é, por si só, uma força fiável de correcção ou de protecção. Romero teve de escolher entre a doutrina e o poder estabelecido sozinho, sem garantia nenhuma de que a Igreja o defenderia enquanto estivesse vivo. Isso é precisamente o oposto de um sistema estruturalmente inclinado à justiça.

A Resposta Estrutural

A resposta deste livro à objecção, na sua forma mais geral, é a seguinte: um sistema de

crença fundado em autoridade revelada, não sujeita a falseamento e apresentada como infalível à partida, é estruturalmente vulnerável à captura por fanáticos — não por acidente ocasional, mas por desenho inerente ao próprio sistema. Isto não impede que produza, também, os seus Romeros. Mas não os protege enquanto estão vivos, e raramente os promove antes de o resto do mundo já ter decidido, por outras vias, que tinham razão.

Um sistema com mecanismo interno de auto-correcção — como o método científico, imperfeito e lento, mas estruturalmente aberto à revisão através de replicação e falseamento — tem forma de expulsar o erro de dentro para fora, mesmo quando esse erro é promovido por figuras de autoridade dentro do próprio campo. Um sistema sem esse mecanismo — que trata a dúvida como pecado, como se viu no Capítulo 2, e a autoridade como infalível por definição, como se viu no Capítulo 4 — não tem forma equivalente de se proteger de dentro contra quem o leva à letra até às últimas consequências. Não é coincidência que os regimes mais violentos descritos mais adiante neste livro não sejam, tipicamente, encarados pelos seus próprios praticantes como distorções da doutrina — são encarados, precisamente pelos crentes que os executam, como a aplicação mais rigorosa e mais fiel possível dela.

A Caridade Religiosa

Finalmente, a caridade. É verdade, sem qualquer necessidade de negar, que instituições religiosas administram hospitais, orfanatos, cantinas sociais e programas de ajuda humanitária em escala genuinamente significativa, em muitas partes do mundo. Nada neste livro pretende apagar esse facto.

Mas a caridade religiosa não é prova de que a doutrina que a acompanha seja verdadeira, nem prova de que essa doutrina seja, no cômputo geral, benéfica. A compaixão humana antecede qualquer religião específica e manifesta-se, com a mesma consistência estatística, em sociedades seculares com sistemas de segurança social financiados por impostos, sem qualquer exigência doutrinária anexada. *A diferença crítica, e é aqui que este capítulo termina, está na condicionalidade: a ajuda humanitária secular não costuma exigir, como condição de acesso, conversão religiosa, submissão a controlo reprodutivo, ou aceitação de hierarquia doutrinária — condições que, em inúmeros programas missionários documentados ao longo da história colonial e ainda hoje nalgumas regiões, continuam ligadas à prestação de ajuda básica.*

O Capítulo Está Fechado

Com este capítulo fecha-se a Parte II deste livro. O mecanismo psicológico foi exposto

na Parte I. A arquitectura institucional que o transformou em sistema de poder — autoridade revelada, sacerdócio, pedagogia do medo, destruição do conhecimento concorrente — foi nomeada e documentada na Parte II. E as objecções mais previsíveis contra este argumento foram enfrentadas de frente, não evitadas.

O que resta agora é a parte mais dura deste livro: olhar, capítulo a capítulo, para o que acontece quando esta arquitectura colide directamente com a realidade observável — e para os nomes e as datas de quem pagou, com a liberdade ou com a vida, por recusar fingir que via algo diferente do que os seus próprios olhos lhe mostravam.

CAPÍTULO 8

A Doença como Vontade de Deus

"Uma bactéria não lê Escrituras. Isso nunca impediu ninguém de lhe atribuir uma."

Lynchburg, Virgínia, 19 de Junho de 1983.

O reverendo Jerry Falwell — fundador da Moral Majority, uma das organizações político-religiosas mais influentes dos Estados Unidos na segunda metade do século vinte — declara aos seus fiéis, em sermão depois amplamente citado pela imprensa nacional: "A SIDA não é apenas o castigo de Deus para os homossexuais; é o castigo de Deus para a sociedade que os tolera." Não foi uma frase isolada nem um deslize de púlpito. Falwell repetiria a mesma tese, com variações, ao longo de toda a década — em 1987, já com a epidemia a matar dezenas de milhares de americanos, declararia, também em sermão gravado: "A SIDA é um julgamento letal de Deus sobre a América." Billy Graham, o evangelista mais proeminente da América do século vinte, fez declarações do mesmo teor na mesma época.

A retórica, por si só, já seria grave. Mas não ficou pela retórica. A Moral Majority, a organização política que Falwell liderava, opôs-se activamente ao financiamento governamental de investigação sobre a SIDA, precisamente com o argumento de que a doença era "um problema de homossexuais" — e portanto, implicitamente, um problema que não merecia o dinheiro nem a urgência que mereceria qualquer outra epidemia. Isto não é um pregador a interpretar uma tragédia à sua maneira, isolado num púlpito. É uma organização política nacional, com acesso directo à Casa Branca da administração Reagan, a usar essa interpretação teológica para atrasar activamente uma resposta de saúde pública — enquanto a doença continuava a matar.

Seiscentos Anos Antes

Entre 1347 e 1351, a peste negra matou entre um terço e dois terços da população da Europa — a estimativa mais aceite hoje ronda os vinte e cinco a cinquenta milhões de mortos num continente com cerca de setenta e cinco milhões de habitantes antes da epidemia. Morreram cristãos devotos e cristãos cépticos, ricos com médicos particulares e mendigos sem tecto, em proporções que a epidemiologia moderna reconheceria como

estatisticamente indiferentes a qualquer critério religioso ou moral. Nenhuma oração salvou, de forma mensurável, mais gente do que a ausência dela.

E ainda assim, a resposta mais comum ao maior desastre demográfico da história europeia não foi epidemiológica. Foi teológica: procissões de flagelantes percorriam cidades e estradas de toda a Europa — grupos de centenas de fiéis que se açoitavam publicamente até sangrar, convictos de que a peste era castigo divino pelos pecados colectivos da humanidade, e de que apenas a penitência física colectiva poderia aplacar a ira de Deus. **Seiscentos e trinta e seis anos separam os flagelantes de Falwell. A tecnologia da culpa mudou — o açoite público deu lugar ao sermão televisionado, e depois ao financiamento político bloqueado. O impulso de tratar uma epidemia como mensagem moral em vez de fenómeno biológico não mudou nada.**

A Doença Como Julgamento Moral

O padrão exposto em Lynchburg repete-se, com variações locais, em praticamente toda a história documentada da relação entre religião e epidemia: a doença não é tratada como fenómeno biológico neutro, mas como mensagem moral. Se a mensagem é castigo, é preciso encontrar o pecado que a provocou — e esse pecado é quase sempre localizado, convenientemente, num grupo já marginalizado antes da epidemia começar: minorias sexuais, minorias religiosas, mulheres acusadas de bruxaria, estrangeiros. A epidemia não cria o preconceito. Dá-lhe uma justificação teológica urgente e uma data para agir.

Este mecanismo tem um custo duplo e é importante nomear os dois lados: custa vidas às comunidades transformadas em bode expiatório — como os doentes de SIDA estigmatizados e sub-financiados nos anos oitenta — e custa também vidas à população em geral, porque tempo, energia e recursos gastos a atribuir culpa moral são tempo, energia e recursos que não são gastos a compreender a causa real — e, portanto, a combatê-la de forma eficaz.

O Parto Como Maldição

Londres e Edimburgo, 1847. O médico escocês James Young Simpson introduz o uso de clorofórmio para aliviar a dor durante o parto, tornando-se um dos pioneiros da anestesia obstétrica moderna. A oposição mais persistente e mais vocal ao seu trabalho não veio de outros médicos com preocupações técnicas sobre segurança — embora essas existissem e fossem legítimas. Veio de clérigos que argumentavam, citando directamente o Génesis, que a dor do parto era uma maldição divina explicitamente decretada — "em

dores parirás os filhos", diz o texto, dirigido a Eva após a expulsão do Éden — e que aliviá-la artificialmente constituía uma interferência sacrílega na vontade expressa de Deus.

A controvérsia só começou a esmorecer de forma decisiva em 1853, quando a rainha Vitória — chefe da Igreja da Inglaterra, portanto dificilmente suspeita de hostilidade à religião — aceitou clorofórmio durante o parto do príncipe Leopold. A autoridade real conseguiu, num só gesto, o que anos de argumento médico não tinham conseguido sozinhos: tornar socialmente aceitável aliviar um sofrimento que, até então, uma parte significativa da autoridade religiosa insistia dever ser suportado sem alívio, como preço espiritual da condição feminina.

Vale a pena notar o alvo específico deste episódio, porque não é acidental: a dor que a doutrina insistia em preservar era, sem exceção, a dor da mulher. Nenhuma corrente teológica equivalente se opôs, com o mesmo vigor, ao alívio da dor em cirurgias masculinas realizadas na mesma década. O sofrimento sagrado, quando a religião o exige, tem sistematicamente recaído sobre o mesmo corpo — um padrão que este livro voltará a documentar, com muito mais detalhe e muito mais gravidade, na Parte IV.

A Fé Contra a Seringa

A oposição religiosa à medicina preventiva não terminou no século dezanove. A vacinação — desde a inoculação contra a varíola introduzida na Europa no século dezoito até aos programas modernos de vacinação infantil — encontrou resistência religiosa organizada em praticamente todos os momentos da sua história, com argumentos que se repetem com notável consistência ao longo de trezentos anos: que a doença é instrumento da vontade divina e não deve ser artificialmente evitada, que o corpo humano não deve ser alterado por intervenção que não seja natural, ou que confiar na ciência médica em vez de na oração constitui, em si mesmo, uma falha de fé.

Hoje, várias jurisdições continuam a permitir isenções religiosas formais à vacinação infantil obrigatória, e comunidades religiosas fechadas — de tradições e geografias variadas — têm registado, de forma repetida e documentada por autoridades de saúde pública, quebras de cobertura vacinal suficientes para permitir o regresso de doenças que a vacinação, em condições normais de cobertura populacional, deveria ter praticamente eliminado. Este é um tema ao qual este livro regressará com muito mais detalhe e dados actualizados na Parte V, a propósito da América evangélica contemporânea — mas a raiz teológica do fenómeno, como se viu neste capítulo, não é nova nem exclusivamente americana. É a mesma raiz que levou Falwell a chamar "castigo de Deus" a uma epidemia

e que negou clorofórmio a mulheres em trabalho de parto: a convicção de que o sofrimento humano, quando a doutrina o exige, deve ser suportado, não tratado.

Da Doença ao Corpo Que a Estuda

Há um padrão comum a todos os casos deste capítulo que merece ser nomeado antes de avançar: em cada um deles, o obstáculo não foi apenas tratar a doença — foi compreendê-la. **Tratar uma epidemia como castigo moral em vez de fenómeno biológico não é apenas cruel para com as vítimas escolhidas como bodes expiatórios. É, também, uma barreira activa contra a própria possibilidade de a estudar correctamente.**

O capítulo seguinte segue esse fio até à sua conclusão mais dura: o que aconteceu, ao longo da história, às pessoas que insistiram em observar o corpo humano e o cosmos com rigor, em vez de aceitar a explicação teológica já disponível. Alguns desses nomes já foram mencionados de passagem neste livro. É hora de lhes dar o espaço que merecem.

CAPÍTULO 9

O Mártir da Lógica

"Não os mataram por estarem errados. Mataram-nos porque havia uma hipótese real de estarem certos."

Campo de' Fiori, Roma, 17 de Fevereiro de 1600.

Giordano Bruno é conduzido nu até uma estaca no centro da praça. Segundo um relato contemporâneo do embaixador do Sacro Império, testemunha do acontecimento, a língua de Bruno foi presa antes da execução, precisamente para o impedir de falar à multidão reunida. Ss suas últimas palavras registadas, ditas aos juízes que o condenaram dias antes, tinham sido: "Talvez pronunciem esta sentença contra mim com mais medo do que eu ao recebê-la." Ardeu vivo depois de oito anos de prisão e interrogatório pela Inquisição Romana.

O processo contra Bruno reuniu várias acusações teológicas — negação da transubstanciação, questionamento da virgindade de Maria, entre outras heresias doutrinárias mais convencionais para a época. Seria desonesto, e este livro recusa-se a sê-lo, apresentar Bruno simplesmente como "mártir da astronomia" sem mais qualificação: o processo não foi, no seu essencial burocrático, um julgamento sobre física. Mas entre as ideias que Bruno defendia publicamente, e que a Inquisição registou como parte do problema, estava a convicção — extraordinariamente avançada para 1600 — de que o universo era infinito e continha uma pluralidade de mundos habitados, uma ideia que desafiava directamente a centralidade cósmica única que a doutrina cristã da época dava à criação divina e à existência humana. A cosmologia de Bruno não foi o único fio da acusação. Mas foi um fio real, entrelaçado com o resto, e a fogueira não distinguiu entre as suas heresias teológicas e as suas heresias cosmológicas antes de o consumir.

Galileu: A Colisão Directa

Trinta e três anos depois, em 1633, a mesma Inquisição Romana julga Galileu Galilei — desta vez sem qualquer ambiguidade possível sobre o que estava em causa. Galileu não foi julgado por negar a Trindade ou por questionar a virgindade de Maria. Foi julgado, especificamente e sem outras acusações a diluir o argumento, por defender publicamente,

com base em observação directa através do telescópio que ele próprio aperfeiçoara, que a Terra girava à volta do Sol — contradizendo directamente a leitura oficial de várias passagens bíblicas e uma condenação eclesiástica anterior, de 1616, que já proibira a defesa activa dessa posição.

Perante a ameaça explícita de tortura, aos sessenta e nove anos de idade, Galileu abjurou formalmente as suas próprias conclusões astronómicas, de joelhos, perante o tribunal. Passou os últimos nove anos da sua vida em prisão domiciliária, proibido de publicar novos trabalhos científicos, sob vigilância directa da Inquisição até à morte, em 1642. O seu livro, o "Diálogo sobre os Dois Máximos Sistemas do Mundo", permaneceu no Index Librorum Prohibitorum, o catálogo descrito no Capítulo 6, até 1835.

Não é preciso exagerar nem embelezar este episódio — a história, sem adornos, já é suficientemente grave por si só. Um homem foi forçado, sob ameaça directa de tortura, a negar publicamente uma conclusão astronómica correcta, obtida por observação directa e verificável por qualquer pessoa disposta a olhar através de um telescópio. A observação não deixou de ser verdadeira por causa da abjuração. Deixou apenas de poder ser dita em voz alta, dentro do território sob autoridade daquele tribunal, durante mais de duzentos anos.

Miguel Servet: A Fogueira Não É Exclusiva de Roma

Genebra, 27 de Outubro de 1553. Miguel Servet, médico e teólogo aragonês, é queimado vivo — segundo relatos da época, em lenha verde, deliberadamente escolhida para prolongar a agonia, com um exemplar do seu próprio livro, *Christianismi Restitutio*, amarrado ao corpo e ardendo com ele. Servet não foi condenado pela Inquisição Católica. Foi condenado pelas autoridades civis de Genebra, cidade governada segundo os princípios teológicos e a influência directa e pessoal de João Calvino, o próprio reformador protestante.

Calvino não se limitou a tolerar o processo — denunciou Servet às autoridades, forneceu material incriminatório contra ele extraído de correspondência privada anterior entre os dois, e defendeu publicamente, por escrito, tanto antes como depois da execução, que a pena de morte era resposta apropriada à heresia teológica de Servet, que incluía a rejeição da doutrina da Trindade e a oposição ao baptismo de crianças.

Este caso importa a este livro por uma razão específica que nenhum dos dois anteriores fornece sozinho: prova que a fogueira contra o pensamento heterodoxo não foi uma patologia exclusiva de Roma, corrigível através da simples conversão ao

protestantismo. Foi uma patologia da própria estrutura de autoridade revelada e não falseável, replicada com igual violência por uma confissão cristã que se definia, precisamente, pela ruptura com a autoridade católica. Trocar de doutrina não eliminou o mecanismo. Apenas mudou o nome de quem o accionava.

O Padrão Que Une os Três

Hipátia, com que este livro abriu, Bruno, Galileu e Servet não morreram pela mesma acusação nem sob a mesma autoridade — pagã tardia, católica romana em dois séculos diferentes, e calvinista suíça. O que os une não é a confissão religiosa específica que os condenou. É a estrutura de fundo, repetida com uma consistência que deixa de poder ser tratada como coincidência: uma autoridade que se declara depositária exclusiva e infalível da verdade encontra, em cada um destes casos, um ser humano disposto a observar o mundo directamente e a dizer, em voz alta, o que observou — e responde a essa observação não com um contra-argumento, mas com a eliminação física de quem a formulou.

Fica uma pergunta incómoda para fechar este capítulo, e é essa pergunta que o próximo capítulo responde: o que faz uma instituição depois de a história provar, sem qualquer dúvida possível, que a vítima tinha razão e a autoridade estava errada? Bruno nunca foi reabilitado por nenhuma autoridade eclesiástica. Servet nunca foi reabilitado por Genebra. Galileu esperou trezentos e cinquenta e nove anos por um pedido de desculpa formal. É esse silêncio — e a sua assimetria brutal com o modo como a própria ciência trata os seus erros — que o Capítulo 10 dissecar.

CAPÍTULO 10

O Deus que Nunca Pede Desculpa

"A ciência erra em público, todos os dias, e chama a isso progresso. A religião erra em público uma vez por século, e chama a isso, quando muito, um mal-entendido histórico."

Cidade do Vaticano, 31 de Outubro de 1992.

O papa João Paulo II dirige-se à Pontifícia Academia das Ciências para encerrar formalmente um processo que a própria Igreja Católica tinha aberto treze anos antes, em 1979, para reexaminar o julgamento de Galileu Galilei. Depois de trezentos e cinquenta e nove anos, a Igreja reconhece, através de uma comissão de estudo criada para o efeito, que os teólogos que condenaram Galileu em 1633 se tinham enganado.

Trezentos e cinquenta e nove anos é tempo suficiente para treze gerações humanas nascerem, envelhecerem e morrerem sem nunca terem ouvido, da instituição que as governava espiritualmente, a frase simples que qualquer aluno do primeiro ano de um curso de ciências ouve rotineiramente do seu professor: "Estávamos errados, e eis a prova."

A Auto-Correção Como Método, Não Como Excepção

A ciência não é um edifício de certezas que nunca se revê. É, na sua estrutura mais fundamental, um sistema desenhado precisamente para encontrar os próprios erros o mais depressa possível e substituí-los por explicações melhores — e fá-lo publicamente, rotineiramente, sem que isso seja tratado como escândalo ou fraqueza. A física newtoniana, que descreveu com enorme sucesso o movimento dos corpos durante mais de dois séculos, foi revista pela relatividade geral de Einstein em 1915 — não destruída, mas reconhecida como uma aproximação válida apenas em determinadas condições, com limites agora conhecidos com precisão. A síntese evolutiva de Darwin, publicada em 1859, foi expandida e corrigida em múltiplos pontos ao longo do século vinte pela genética molecular, sem que isso tenha exigido esconder Darwin do currículo escolar ou negar que ele tenha estado, nalguns detalhes específicos do seu mecanismo proposto, incompleto.

Nenhum destes processos de correção foi vivido pela comunidade científica como humilhação. Foi vivido, e continua a sê-lo, como o próprio mecanismo pelo qual a ciência avança: uma teoria propõe-se, é testada por observação e experiência independente, e ou

sobrevive ao escrutínio ou é substituída por uma explicação que resista melhor aos factos. O erro não é vergonha a esconder. É etapa esperada e publicamente aceite de um processo que, precisamente por admitir os próprios erros em voz alta, consegue avançar mais depressa do que qualquer sistema que trate o erro como impossível por definição.

Trezentos e Cinquenta e Nove Anos de Silêncio

Vale a pena examinar com atenção o que, exactamente, a Igreja Católica reconheceu em 1992 — porque a forma escolhida para o reconhecimento é, em si mesma, reveladora. João Paulo II não declarou que a doutrina da Igreja tinha estado errada. Atribuiu o erro aos teólogos específicos da época, descrevendo-o como um trágico mal-entendido mútuo, uma falha de comunicação entre a ciência e a fé, e não como o exercício directo e documentado de autoridade coerciva que os registos do próprio tribunal da Inquisição, incluindo a ameaça formal de tortura, demonstram sem margem para outra leitura.

Esta escolha de linguagem não é acidente retórico. É o padrão previsível de uma instituição construída sobre a premissa da própria infalibilidade, sempre relutante em admitir, quando finalmente confrontada com um erro impossível de negar, que o erro tenha sido estrutural. É sempre mais seguro, para uma autoridade que depende da própria autoridade para sobreviver, apresentar o erro como um desvio pontual de indivíduos falíveis do passado do que como consequência lógica e previsível do próprio sistema de poder que continua, no presente, activo e intacto.

O Padrão Repete-se Fora de Roma

Este comportamento não é exclusivo do caso Galileu, nem exclusivo da Igreja Católica — e vale a pena mostrar isso com mais um exemplo, para que este capítulo não pareça estar a escolher a dedo o caso mais conveniente ao argumento. A Convenção Batista do Sul, a maior denominação protestante dos Estados Unidos, foi fundada em 1845 numa cisão doutrinária explícita com baptistas do Norte, motivada em larga medida pela defesa institucional da escravatura e pela recusa de aceitar que proprietários de escravos pudessem ser impedidos de servir como missionários. A denominação só apresentou uma resolução formal de desculpa pelo seu papel histórico na escravatura e na segregação racial em 1995 — cento e cinquenta anos depois da fundação construída precisamente sobre essa defesa.

Mais recentemente, em Março de 2023, o próprio Vaticano emitiu uma declaração formal repudiando a chamada "Doutrina da Descoberta" — o conjunto de bulas papais dos séculos quinze e dezasseis que, durante mais de cinco séculos, forneceram a justificação

teológica explícita para a colonização europeia e a subjugação de povos indígenas em todo o mundo, incluindo a legitimação religiosa da escravização de populações não-cristãs. Quinhentos anos separam a bula original do seu repúdio formal.

O padrão é sempre o mesmo, independentemente da confissão específica: o reconhecimento do erro, quando finalmente chega, chega gerações — por vezes séculos — depois de o erro ter deixado de ser defensável perante qualquer pessoa a observar os factos com honestidade. **Nunca chega a tempo de proteger quem sofreu enquanto o erro estava institucionalmente activo. Chega apenas a tempo de gerir a reputação da instituição perante uma geração já convencida, por outras vias, de que o erro existiu.**

Da Ideia ao Corpo

Este capítulo fecha a Parte III deste livro, dedicada à colisão entre a autoridade dogmática e a realidade observável — o cosmos de Galileu e Bruno, o corpo doente tratado como castigo e as mães em trabalho de parto, a assimetria entre quem se corrige e quem apenas, séculos depois, murmura arrependimento tardio.

O que resta agora não é mais nenhuma ideia abstracta para defender ou corrigir. É o corpo humano concreto — sobretudo o corpo da mulher, sobretudo o corpo de quem a doutrina classificou como menor, impuro ou desviante — vivendo, ainda hoje, sob leis que a autoridade religiosa nunca se sentiu obrigada a rever com a mesma pressa com que a ciência revê os seus próprios erros.

É esse corpo, e a lei que sobre ele se abate, que a Parte IV deste livro vai documentar sem desviar o olhar.

PARTE IV

O CORPO E A LEI

CAPÍTULO 11

A Religião contra a Mulher

"Nenhuma destas leis sobrevive dizendo que é útil. Todas sobrevivem dizendo que é vontade de Deus."

Cartago, por volta do ano 202.

Tertuliano, um dos fundadores da teologia cristã em língua latina, escreve um tratado dirigido às mulheres da sua comunidade sobre como se devem vestir e comportar. Nele deixa uma das frases mais citadas — e mais estruturalmente influentes — de toda a literatura patrística cristã: chama a cada mulher "a porta do diabo", "a primeira desertora da lei divina", responsável, através de Eva, pela destruição do homem, "a imagem de Deus", e, em última análise, pela própria necessidade da morte do Filho de Deus. Cada mulher, escreve Tertuliano, deveria vestir-se em penitência permanente, precisamente por causa daquilo que é.

Isto não foi a opinião marginal de um autor isolado, rapidamente esquecido. Tertuliano é uma das figuras fundacionais da teologia cristã ocidental, e a associação entre a mulher, Eva e a origem do pecado que ele articula com esta clareza brutal tornou-se um dos temas mais persistentes e mais duradouros de toda a tradição teológica cristã subsequente, repetida, com variações, por gerações de teólogos ao longo de mais de mil anos. **Uma ideia teológica sobre a natureza moral inferior da mulher, uma vez instalada nos fundamentos de uma civilização inteira, não desaparece quando o texto que a originou é esquecido. Instala-se na lei.**

Do Texto Teológico ao Estatuto Jurídico

O Direito Canónico medieval, desenvolvido ao longo de séculos pela Igreja Católica como sistema legal próprio e paralelo ao direito civil, codificou de forma sistemática a exclusão da mulher de praticamente todas as esferas de autoridade formal: do sacerdócio, do testemunho jurídico em pé de igualdade com o homem, da administração independente de propriedade, da autoridade legal sobre os próprios filhos. Esta exclusão não era apresentada como convenção social ajustável — era apresentada, com o peso completo da autoridade eclesiástica, como reflexo da ordem natural e divina das coisas, directamente

ancorada na narrativa da criação e da queda que Tertuliano tinha articulado séculos antes.

O padrão repete-se, com variações textuais e jurídicas próprias, nas outras grandes tradições monoteístas. O ponto central deste capítulo não é comparar qual tradição foi historicamente "pior" — esse exercício produz mais calor do que luz. O ponto central é que, em praticamente todas elas, a subordinação legal e social da mulher não foi apresentada como escolha política revisável. Foi apresentada como mandato divino, e um mandato divino, como se viu ao longo deste livro, é precisamente o tipo de afirmação desenhado para resistir à revisão.

O Véu e a Escola

Cabul, Afeganistão, a partir de 2021. Depois de retomar o controlo do país, o regime talibã proíbe progressivamente as raparigas afegãs de frequentar a escola secundária e, pouco depois, a universidade — uma proibição justificada publicamente pelas próprias autoridades talibãs como conformidade com a lei islâmica tal como a interpretam, tornando o Afeganistão, à data em que este livro é escrito, o único país do mundo com uma proibição formal e nacional à educação feminina acima do ensino primário. Milhões de raparigas afegãs têm hoje, de forma estruturalmente garantida por lei, menos anos de escolaridade formal do que os seus irmãos.

Teerão, Setembro de 2022. Mahsa Amini, jovem curda iraniana de vinte e dois anos, morre sob custódia da polícia da moralidade iraniana, detida por alegadamente usar o véu islâmico obrigatório de forma incorrecta. A sua morte desencadeia o movimento "Mulher, Vida, Liberdade" — meses de protestos em todo o Irão, com mulheres a queimar publicamente os seus véus e a cortar o cabelo em desafio directo à lei religiosa do Estado, respondidos pelas autoridades iranianas com repressão violenta documentada por organizações internacionais de direitos humanos, incluindo detenções em massa e mortes de manifestantes.

Estes dois casos, separados por poucos anos e por uma fronteira, partilham a mesma estrutura lógica que uniu a fogueira de Servet em Genebra ao púlpito de Falwell em Lynchburg, e que uniu Tertuliano ao Direito medieval: uma autoridade que se apresenta como intérprete exclusiva da vontade divina decide, sem necessidade de justificação adicional perante quem governa, o que uma mulher pode vestir, aprender ou dizer sobre o próprio corpo — e trata qualquer resistência a essa decisão não como desacordo político legítimo, mas como transgressão religiosa a corrigir pela força.

O Corpo Como Propriedade

Duas práticas adicionais merecem ser nomeadas neste capítulo com a mesma clareza directa, precisamente porque ambas sobrevivem, em várias regiões do mundo, apoiadas por legitimação religiosa local — mesmo quando, como é importante notar com rigor, nenhuma delas constitui prescrição textual universal e obrigatória dentro da tradição religiosa invocada para as justificar.

A mutilação genital feminina, documentada por organismos como a UNICEF e a Organização Mundial de Saúde em dezenas de milhões de casos em várias regiões de África, do Médio Oriente e da Ásia, é frequentemente apresentada, dentro das comunidades que a praticam, como exigência religiosa e condição de pureza e casabilidade — apesar de a prática anteceder historicamente a própria expansão do islão nalgumas dessas regiões, e de não constar como obrigação em nenhum dos textos islâmicos mais centrais. A legitimação religiosa, mesmo quando teologicamente contestável, funciona na prática como blindagem social contra a crítica: quem a questiona não está apenas a desafiar um costume, está, aos olhos da comunidade, a desafiar Deus.

O casamento infantil, de forma semelhante, continua legitimado por interpretação religiosa em múltiplas jurisdições, permitindo, através de excepções legais específicas ou de simples ausência de aplicação da lei civil, que raparigas ainda crianças sejam casadas com homens adultos, com consequências documentadas e graves para a saúde física, a escolaridade e a autonomia económica dessas crianças ao longo de toda a vida adulta.

Um Padrão, Não Um Acidente

Do tratado de Tertuliano nos séculos dois e três às escolas fechadas de Cabul no século vinte e um, o padrão que atravessa este capítulo é notavelmente estável: nenhuma destas restrições ao corpo, à mente ou à liberdade da mulher precisou alguma vez de se justificar pela utilidade social, pela eficácia comprovada ou pelo consentimento de quem lhe está sujeita. **Todas se apoiaram, do início ao fim, na única justificação que uma autoridade religiosa nunca precisa de defender com evidência: a vontade de um deus que, convenientemente, nunca aparece pessoalmente para confirmar ou desmentir a interpretação que fazem em seu nome.**

O capítulo seguinte alarga este olhar da mulher para outros alvos historicamente perseguidos pelo mesmo mecanismo — o homossexual, o apóstata, o blasfemo, o herege — mostrando que a arquitectura descrita neste capítulo não escolhe uma única vítima. Escolhe, sistematicamente, quem quer que a doutrina decida classificar como desvio da

ordem que reivindica representar.

CAPÍTULO 12

Os Alvos do Sagrado

"Não é preciso um crime para levar à extinção. Basta que a maioria decida que Deus quer isso."

Béziers, sul de França, 22 de Julho de 1209.

Um exército de cruzados católicos, convocado pelo papa Inocêncio III para exterminar a heresia cátara no Languedoc, cerca a cidade de Béziers. Segundo uma crónica escrita décadas mais tarde pelo monge Cesário de Heisterbach — e é importante assinalar que a autenticidade literal desta frase é historicamente debatida, ainda que a atrocidade que descreve não o seja — um dos soldados terá perguntado ao legado papal Arnaud Amaury como distinguir os hereges cátaros dos católicos que também viviam na cidade, antes do ataque final. A resposta que a crónica lhe atribui tornou-se uma das frases mais citadas da história da violência religiosa: "Matai-os a todos. Deus saberá reconhecer os seus."

Fosse ou não pronunciada exactamente nestes termos, a frase descreve com precisão o que de facto aconteceu: a cidade inteira foi massacrada, católicos e cátaros indiscriminadamente, num número que as crónicas da época estimam em cerca de vinte mil mortos, segundo estimativas históricas. Béziers foi apenas o primeiro massacre de uma campanha de duas décadas — a Cruzada Albigense — que dizimaria de forma sistemática uma cultura religiosa inteira no sul de França, considerada herética por rejeitar partes centrais da doutrina católica sobre a natureza de Cristo e a autoridade da própria Igreja.

O Herege Como Categoria Permanente

O que Béziers ilustra, com uma clareza que nenhum eufemismo consegue amaciar, é uma constante que atravessa toda a história da religião organizada: a existência de um dogma exige, quase por definição estrutural, a existência de uma categoria de pessoas que o negam — e essa categoria, uma vez nomeada, torna-se um alvo legítimo de violência sagrada, precisamente porque a violência contra ela deixa de ser tratada como crime e passa a ser tratada como serviço a Deus. O herege, o apóstata, o blasfemo e o ateu partilham, ao longo da história, o mesmo destino estrutural já documentado para a mulher no capítulo anterior: a punição que sofrem não precisa de se justificar por dano causado a terceiros.

Justifica-se apenas pela transgressão da ordem que a autoridade religiosa reivindica representar.

Asia Bibi: A Apostasia Como Sentença de Morte

Punjab, Paquistão, 2010. Asia Bibi, mulher cristã, trabalhadora rural, é acusada por colegas muçulmanas de ter insultado o profeta Maomé durante uma discussão sobre um copo de água partilhado entre trabalhadoras de fé diferente. É condenada à morte por blasfémia ao abrigo do código penal paquistanês, e passaria os oito anos seguintes numa cela de corredor da morte, na maior parte do tempo em isolamento, por receio de que outros reclusos a matassem antes da execução formal acontecer.

Em 2011, Salman Taseer, governador da província do Punjab, que se tinha publicamente pronunciado contra a condenação de Asia Bibi e a favor de rever as leis de blasfémia do país, foi assassinado pelo seu próprio guarda-costas, Mumtaz Qadri, que disparou vinte e seis tiros contra ele à queima-roupa. Qadri não se escondeu nem negou o acto — reivindicou-o publicamente como dever religioso. Depois de ser executado em 2016, o seu túmulo tornou-se local de peregrinação para milhares de apoiantes, que o veneram como mártir.

Asia Bibi foi finalmente absolvida pelo Supremo Tribunal do Paquistão em Outubro de 2018, depois de o caso ter percorrido anos de recursos judiciais sob escrutínio internacional intenso. A absolvição não trouxe segurança: teve de deixar o país sob protecção policial reforçada, incapaz de viver em liberdade na sua própria terra, e viveria depois exilada no Canadá. O sistema legal, ao fim de oito anos, funcionou correctamente. A sociedade que o tinha condenado nunca deixou de a considerar culpada.

O Corpo Homossexual Sob Lei Religiosa

Um número reduzido mas persistente de países mantém, até hoje, a pena de morte prevista em lei para relações homossexuais consentidas entre adultos, quase sempre justificada de forma explícita pelas próprias autoridades legislativas como aplicação directa de lei religiosa islâmica. Nalguns destes países a pena está codificada em lei nacional; noutros aplica-se regionalmente através de tribunais de Sharia paralelos ao sistema civil, como acontece nalguns estados do norte da Nigéria. A criminalização, mesmo onde a pena capital não é activamente aplicada na prática, mantém sobre milhões de pessoas uma ameaça legal permanente, justificada não por qualquer dano documentável a terceiros, mas exclusivamente por interpretação religiosa da natureza do próprio acto.

O padrão repete, com uma fidelidade notável, a lógica que abriu este capítulo em Béziers: uma categoria de pessoas é nomeada como afronta à ordem divina, e essa nomeação, por si só, transforma a violência contra ela — legal ou popular — de crime em dever.

Do Indivíduo ao Estado

Béziers no século treze, o Punjab no século vinte e um, os tribunais de Sharia do norte da Nigéria hoje: em cada um destes casos, uma comunidade inteira — vizinhos, colegas de trabalho, um guarda-costas pessoal — tornou-se executora voluntária de uma sentença que nenhum tribunal secular teria autoridade moral para impor sem prova de dano real a uma vítima identificável. **É esta capacidade de transformar cidadãos comuns em agentes voluntários da violência religiosa, sem necessidade de coerção externa, que torna este mecanismo tão mais duradouro e mais difícil de dismantelar do que qualquer ditadura secular imposta de cima para baixo.**

O capítulo seguinte dá o passo final desta parte do livro: o que acontece quando este mecanismo deixa de depender de multidões espontâneas ou de guarda-costas individuais, e passa a ser o próprio aparelho formal do Estado — com exército, tribunal e código penal, todos ao serviço explícito da mesma lógica sagrada.

CAPÍTULO 13

A Teocracia Dura

"Sempre que um Estado governa em nome de Deus, deixa de prestar contas aos homens."

Quantos países consegue o leitor nomear, sem pensar duas vezes, onde a lei do Estado e a lei de Deus são, na prática, a mesma coisa? A maioria das respostas há-de apontar para longe — Cabul, Teerão, Riade. Poucas hão-de apontar para casa. E, no entanto, durante décadas dentro da memória viva de gerações ainda hoje activas, uma delas devia.

Lisboa, 7 de Maio de 1940.

O regime de António de Oliveira Salazar assina com a Santa Sé a Concordata de 1940, um tratado que atribui à Igreja Católica um lugar formal e privilegiado dentro do próprio direito civil português. Ao abrigo deste acordo, o casamento católico passa a produzir efeitos civis directos, e os cônjuges casados catolicamente ficam legalmente impedidos de recorrer ao divórcio civil — uma restrição que, note-se, não se aplicava a quem casasse apenas civilmente, criando duas categorias de cidadãos com direitos matrimoniais diferentes consoante a confissão religiosa da cerimónia escolhida. O ensino religioso católico é reintroduzido nas escolas públicas portuguesas. A censura estatal do Estado Novo, gerida pela polícia política, actua em estreita coordenação informal com a hierarquia católica na definição do que era moralmente aceitável publicar, exhibir ou dizer.

Este livro já mostrou, capítulo após capítulo, que teocracias explícitas são fáceis de reconhecer quando o exemplo vem de fora. *É mais desconfortável reconhecer que Portugal, dentro da memória viva de gerações ainda hoje activas, viveu décadas sob um regime em que a autoridade religiosa e a autoridade do Estado estavam formalmente entrelaçadas ao ponto de decidir, por lei, quem podia dissolver um casamento — e é precisamente esse desconforto que este capítulo se recusa a evitar.*

Afeganistão: O Ciclo que se Repete

O regime talibã governou o Afeganistão entre 1996 e 2001, e novamente desde 2021, segundo uma interpretação rigorista da lei islâmica aplicada directamente como código penal do Estado. No primeiro período, ficaram documentadas execuções públicas em estádios desportivos, amputações como pena judicial para roubo, proibição total de música

e de representação figurativa, e a exclusão quase completa das mulheres do espaço público — proibidas de trabalhar ou de sair de casa sem acompanhante masculino. Desde 2021, o regressado regime talibã reintroduziu grande parte deste mesmo quadro legal, incluindo, como já discutido no capítulo anterior deste livro, a proibição de educação feminina acima do ensino primário.

Irão: A Teocracia Constitucionalizada

A República Islâmica do Irão, estabelecida após a revolução de 1979, é talvez o exemplo mais formalmente elaborado de teocracia moderna: a sua própria constituição consagra a doutrina do *velayat-e faqih*, a "tutela do jurisconsulto islâmico", segundo a qual a autoridade política suprema do país deve pertencer a um clérigo qualificado — o Líder Supremo — com poder de veto sobre decisões parlamentares, sobre a elegibilidade de candidatos a eleições e sobre a nomeação dos principais cargos judiciais e militares do país. O Conselho de Guardiões, composto maioritariamente por clérigos, tem autoridade constitucional para vetar qualquer lei aprovada pelo parlamento eleito que considere incompatível com a lei islâmica. Não é uma democracia com influência religiosa. É uma teocracia com verniz eleitoral parcial, desenhada deliberadamente para que a vontade popular nunca possa contrariar a autoridade clerical.

Arábia Saudita: A Polícia da Virtude

Durante décadas, a Arábia Saudita manteve o Comité para a Promoção da Virtude e a Prevenção do Vício — conhecido informalmente como *mutaween* — uma força de polícia religiosa com autoridade legal para deter cidadãos em espaço público por infracções morais definidas pela interpretação wahabita do islão: mistura não autorizada entre géneros, incumprimento dos horários de oração, vestuário considerado impróprio. Só a partir de 2016 o governo saudita começou a restringir formalmente os poderes de detenção directa desta força, numa reforma parcial que reflecte, mais do que uma mudança doutrinária, cálculo político e económico de abertura internacional — o aparelho legal que tornou décadas de policiamento religioso possível continua, no essencial, por desmantelar.

Estado Islâmico: A Teocracia Sem Verniz

Entre 2014 e 2019, o autoproclamado Estado Islâmico controlou território que chegou a abranger milhões de habitantes no Iraque e na Síria, administrado como califado formal

com tribunais de Sharia próprios, moeda própria, e um sistema penal que incluía execuções públicas — muitas delas filmadas e divulgadas pelo próprio grupo como propaganda deliberada, não escondidas como vergonha a esconder do mundo. Este é, entre todos os casos deste capítulo, o mais desprovido de qualquer verniz de moderação ou de ambiguidade interpretativa: os próprios responsáveis reivindicaram, em vídeo e assinado com o seu próprio nome institucional, cada uma das execuções como aplicação literal e orgulhosa da lei que professavam.

A Inquisição Como Antecedente Cristão

Nenhum destes casos é exclusivo do islão contemporâneo, e a Inquisição Espanhola — activa formalmente entre 1478 e 1834, portanto durante mais de três séculos e meio, sob autoridade conjunta da coroa e da Igreja Católica — oferece o precedente cristão estrutural mais directo: um tribunal religioso com poder de prisão, tortura judicialmente sancionada e execução, aplicado sobre a população civil em nome da pureza doutrinária, com processos secretos, denúncia anónima incentivada, e confissões extraídas sob coacção física sistemática. A diferença entre a Inquisição e o Estado Islâmico não está na estrutura do mecanismo. Está apenas no século em que operou e na tecnologia disponível para divulgar os seus actos.

O Mesmo Enunciado, Repetido

Do Portugal de Salazar ao Afeganistão do Talibã, da Inquisição espanhola ao califado do Estado Islâmico, a frase que abre este capítulo repete-se, com pequenas variações de vocabulário, em cada um destes regimes: o Estado não responde perante o povo, porque responde perante Deus — e um governante que responde apenas perante Deus não precisa, por definição, de justificar as suas decisões a mais ninguém. **É esta imunidade estrutural ao escrutínio democrático, não a crueldade específica de cada regime individual, o verdadeiro objecto da crítica deste capítulo.**

Com isto fecha-se a Parte IV deste livro — dedicada ao custo humano da religião quando ela conquista, por decreto explícito, o aparelho formal do Estado. Mas há uma forma mais recente e mais silenciosa de exactamente o mesmo fenómeno, que não precisa de decreto nenhum para produzir efeitos comparáveis: a conquista gradual, por via eleitoral, judicial e curricular, de uma democracia ocidental rica que continua, em toda a aparência formal, a chamar-se livre. É essa conquista silenciosa que a Parte V deste livro documenta a seguir.

CAPÍTULO 14

A Reconquista Silenciosa

"Não é preciso um golpe de estado quando se pode simplesmente esperar, eleição a eleição, currículo a currículo, até a democracia devolver o que se lhe pediu."

Washington, D.C., 6 de Janeiro de 2021.

Enquanto uma multidão invade o Capitólio dos Estados Unidos para tentar impedir a certificação do resultado eleitoral de 2020, as imagens captadas nesse dia mostram um pormenor que grande parte da cobertura noticiosa inicial tratou como decoração de fundo, e que investigadores viriam depois a documentar como elemento central, não acessório: bandeiras cristãs brancas com uma cruz vermelha sobre fundo azul, cartazes com os dizeres "Jesus Salva" e "Jesus é o meu Salvador, Trump é o meu Presidente", bandeiras "An Appeal to Heaven" oriundas da guerra da independência americana e recuperadas por círculos cristãos nacionalistas, e grupos que sopravam shofares — cornos rituais judaicos — em torno do próprio edifício do Capitólio, numa recriação deliberada do cerco bíblico a Jericó.

Um vídeo amplamente divulgado mostra um grupo de invasores a parar dentro da câmara do Senado, já evacuada, para baixar a cabeça em oração colectiva, consagrando o próprio acto a Jesus Cristo. Nos dias anteriores, em Dezembro de 2020 e nos primeiros dias de Janeiro de 2021, activistas cristãos tinham organizado várias "Marchas de Jericó" por todo o país — protestos de oração que invocavam explicitamente a narrativa bíblica da conquista de Jericó pelos israelitas como metáfora para a reversão do resultado eleitoral. A pregadora Paula White, conselheira espiritual do próprio presidente Trump, liderou nas noites anteriores orações públicas pedindo a Deus que mantivesse "os pés do Presidente no seu propósito e na sua posição" e que fosse revelada qualquer "fraude" ou "agenda demoníaca".

Um relatório conjunto publicado em 2022 pelo Baptist Joint Committee for Religious Liberty e pela Freedom From Religion Foundation, dedicado especificamente a documentar este fenómeno, concluiu que o nacionalismo cristão não foi um pano de fundo decorativo do dia 6 de Janeiro. **Foi, nas palavras da própria directora do Baptist Joint Committee, um elemento usado para "reforçar, justificar e intensificar" o ataque ao Capitólio.**

O Mandato das Sete Montanhas

Para compreender o dia 6 de Janeiro como algo mais do que um episódio isolado de fervor religioso descontrolado, é preciso recuar a 1975, ao momento em que dois líderes evangélicos norte-americanos, Bill Bright, fundador da organização missionária Campus Crusade for Christ, e Loren Cunningham, fundador da Youth With A Mission, afirmaram ter recebido, separadamente, a mesma revelação divina: que os cristãos deveriam conquistar influência sobre sete esferas centrais da sociedade — religião, família, educação, governo, media, artes e entretenimento, e negócios — para preparar o terreno para o regresso de Cristo.

Esta ideia, conhecida hoje como o Mandato das Sete Montanhas ou Dominionismo das Sete Montanhas, permaneceu relativamente marginal durante décadas, até ser reformulada e popularizada, a partir de 1996, por figuras como o pastor Bill Johnson, da Bethel Church, e mais tarde por Lance Wallnau, cujo livro de 2013 "Invading Babylon: The 7 Mountain Mandate", escrito em conjunto com Johnson, transformou a proposta original — influenciar cultura através do exemplo e da evangelização — numa linguagem explicitamente conquistadora: já não basta influenciar cada uma das sete montanhas. É preciso dominá-las, do topo para baixo.

O movimento está intimamente associado à chamada Nova Reforma Apostólica, uma rede informal de igrejas carismáticas independentes que rejeitam a estrutura denominacional tradicional em favor da autoridade directa de "apóstolos" e "profetas" contemporâneos. Durante a campanha presidencial de 2020, Wallnau e outras figuras proeminentes desta rede descreveram publicamente Donald Trump como "ungido" por Deus para reconquistar a "montanha" do governo do controlo demoníaco — uma linguagem que deixou de ser metáfora e passou a ser, para os seus próprios proponentes, descrição literal de uma guerra espiritual em curso contra instituições democráticas específicas, incluindo, segundo análises académicas posteriores ao 6 de Janeiro, o próprio edifício do Capitólio, identificado por líderes do movimento como alvo de "guerra espiritual" territorial anos antes do ataque físico acontecer.

Da Igreja Carismática ao Palco Universitário

O Mandato das Sete Montanhas poderia ter permanecido confinado a círculos pentecostais e carismáticos relativamente marginais não fosse a sua adopção, a partir de 2019, pela maior organização juvenil conservadora dos Estados Unidos: a Turning Point USA, fundada e liderada por Charlie Kirk. Em 2020, discursando na Conferência de Acção

Política Conservadora, Kirk declarou que Trump era "finalmente um presidente que compreende as sete montanhas de influência cultural" — uma frase dirigida a um auditório de milhares de jovens activistas, a maioria sem qualquer ligação prévia a igrejas carismáticas ou à Nova Reforma Apostólica.

Em 2021, Kirk lançou a Turning Point Faith, uma organização-irmã dedicada especificamente a mobilizar pastores e congregações para a acção política directa, aplicando à religião o mesmo modelo de activismo de base que a Turning Point USA já usava em campus universitários por todo o país. **Segundo académicos que estudam o movimento, Kirk tornou-se, ao longo dos anos seguintes, aquilo a que chamaram "o rosto milenar" do dominionismo das sete montanhas — não um teólogo nem um pastor, mas um comunicador de massas capaz de traduzir uma doutrina de guerra espiritual para a linguagem de podcast e conferência universitária que uma geração inteira de jovens conservadores americanos consumia diariamente.**

Kirk foi assassinado a tiro durante um evento da Turning Point USA na Universidade Vale de Utah, a 10 de Setembro de 2025. A sua morte não encerrou o movimento que ajudou a popularizar — pelo contrário, académicos que acompanham a Turning Point USA notaram, nos meses seguintes, um debate activo dentro da própria organização e da rede mais alargada da Nova Reforma Apostólica sobre quem herdaria o seu papel de porta-voz público do Mandato das Sete Montanhas junto de uma nova geração. O mecanismo que este livro descreve não depende de nenhum indivíduo específico para continuar a funcionar — depende da doutrina, das instituições que a promovem, e da rede que continua, com ou sem qualquer rosto particular, a alimentá-la.

A Diferença Que Importa Nomear

Vale a pena notar, com o rigor que este livro tem tentado manter do início ao fim, que nem todo o eleitorado evangélico americano subscreve o Mandato das Sete Montanhas, e que a maioria das pessoas presentes nos protestos de Dezembro de 2020 e Janeiro de 2021 não invadiu fisicamente o Capitólio. *Mas a distinção que importa a este capítulo não é entre "todos os evangélicos" e "nenhum evangélico" — é entre uma fé privada, pessoal e pacífica, e uma ideologia política organizada, com décadas de desenvolvimento doutrinário, redes institucionais próprias e figuras de liderança nomeadas, que declara explicitamente como objectivo a conquista, não a partilha, do poder democrático em nome de um mandato divino.*

É esta ideologia especificamente — não a fé de milhões de cristãos americanos comuns — que os capítulos seguintes desta parte do livro vão seguir através dos seus efeitos

concretos e mensuráveis: no corpo da mulher, na sala de aula, na seringa da vacina, e no próprio tribunal encarregado de interpretar a lei.

CAPÍTULO 15

O Corpo Como Campo de Batalha

"Não é preciso um tribunal de Sharia para decidir o que uma mulher faz com o próprio corpo. Um Supremo Tribunal com maioria suficiente resolve o mesmo problema, com o mesmo resultado."

Washington, D.C., 24 de Junho de 2022.

O Supremo Tribunal dos Estados Unidos decide, por seis votos contra três, em *Dobbs v. Jackson Women's Health Organization*, revogar *Roe v. Wade* — a decisão de 1973 que, durante quase cinquenta anos, tinha protegido constitucionalmente o direito ao aborto em todo o país. Foi a primeira vez na história do tribunal que um direito fundamental previamente reconhecido foi formalmente retirado, não expandido. A partir desse dia, a regulação do aborto deixou de ser uma questão constitucional federal e passou a ser, estado a estado, uma questão de maioria legislativa local.

A cascata que se seguiu foi imediata e mensurável: catorze estados — Alabama, Arkansas, Idaho, Indiana, Kentucky, Louisiana, Mississippi, Missouri, Dakota do Norte, Oklahoma, Dakota do Sul, Tennessee, Texas e Virgínia Ocidental — implementaram proibições totais ou quase totais ao aborto, muitas através de "leis-gatilho" já escritas e à espera apenas da revogação de *Roe* para entrarem em vigor automaticamente. Um ano depois da decisão, cerca de vinte e dois milhões de pessoas em idade reprodutiva viviam já em estados onde o acesso ao aborto estava fortemente restringido ou totalmente inacessível.

Dobbs não foi decidido citando textos sagrados nem invocando directamente a vontade de Deus. Foi decidido citando o Décimo Quarto Emenda e a tradição jurídica americana. Mas o movimento que passou décadas a construir, tribunal a tribunal e nomeação a nomeação, a maioria que tornou esta decisão possível, é o mesmo movimento evangélico e católico conservador que este livro descreveu no capítulo anterior — e a Parte V deste livro vai continuar a mostrar que, mesmo quando a linguagem do tribunal é secular, a arquitectura de poder por trás da decisão raramente é.

A Concordância Que Diz o Resto em Voz Alta

Se a opinião da maioria em *Dobbs*, escrita pelo juiz Samuel Alito, se esforçou por assegurar ao país que a decisão dizia respeito apenas ao aborto, uma opinião separada, escrita pelo juiz Clarence Thomas no mesmo dia, retirou essa garantia antes mesmo de o verniz secar. Thomas escreveu que o tribunal deveria "reconsiderar, em casos futuros, todos os precedentes deste tribunal em matéria de devido processo substantivo" — citando explicitamente, pelo nome, três decisões: *Griswold v. Connecticut* (1965), que protege o acesso de casais ao uso de contraceptivos; *Lawrence v. Texas* (2003), que descriminalizou relações íntimas consentidas entre pessoas do mesmo sexo; e *Obergefell v. Hodges* (2015), que reconheceu o casamento entre pessoas do mesmo sexo como direito constitucional em todo o país.

Nenhuma destas três decisões trata de aborto. Tratam, respectivamente, de contracepção, de sexo entre pessoas do mesmo sexo, e de casamento entre pessoas do mesmo sexo — três das áreas mais antigas e mais persistentes de regulação directa do corpo e da intimidade humana por parte da doutrina religiosa, ao longo de toda a história que este livro documentou. Thomas escreveu que o tribunal tem "o dever de corrigir o erro" estabelecido nesses precedentes, porque qualquer decisão de devido processo substantivo é, nas suas próprias palavras, "demonstravelmente errada".

Nenhum outro juiz da maioria assinou esta parte da opinião de Thomas, e a opinião de Alito insistiu explicitamente que *Dobbs* não deveria ser lido como ameaça a esses outros precedentes. Mas a metodologia usada para derrubar *Roe* — perguntar se o direito em causa está "profundamente enraizado na história e tradição" da nação, um padrão que nenhuma destas três decisões cumpriria com mais facilidade do que o aborto cumpria em 1973 — é, segundo múltiplos académicos de Direito Constitucional citados na cobertura do caso, exactamente a mesma metodologia que serviria para os revogar. Thomas não inventou um argumento novo. Tornou explícito, em nome próprio, o que a lógica da maioria já continha em silêncio.

Mirabelli v. Bonta: A Religião Entra Pela Porta da Frente

Se *Dobbs* manteve a linguagem religiosa em segundo plano, o caso seguinte não teve essa cautela. Em Março de 2026, o Supremo Tribunal decidiu, em *Mirabelli v. Bonta*, restaurar uma medida cautelar que bloqueava políticas do estado da Califórnia que impediam professores de informar os pais sobre a transição de género de um filho na escola sem o consentimento da própria criança. Duas professoras californianas, apoiadas

juridicamente pela Thomas More Society, tinham processado o estado alegando que estas políticas violavam os seus direitos ao livre exercício religioso e à liberdade parental.

A decisão, embora processualmente limitada — um despacho **per curiam** sobre uma providência cautelar, não ainda uma decisão final de mérito — foi explícita quanto ao fundamento: o tribunal concluiu que era provável que os pais viessem a vencer as suas alegações ao abrigo da cláusula de livre exercício religioso da Primeira Emenda. Não é uma leitura implícita nem uma inferência de comentadores. É o próprio texto da decisão a colocar a liberdade religiosa dos pais, e não apenas a autoridade parental genérica, no centro do raciocínio jurídico.

O Desporto Como Nova Fronteira

A 30 de Junho de 2026, o Supremo Tribunal decidiu, em *West Virginia v. B.P.J. e Little v. Hecox*, por seis votos contra três, numa opinião do juiz Brett Kavanaugh, confirmar as leis estaduais que proíbem atletas transgénero de competir em equipas desportivas femininas escolares e universitárias. A decisão reverteu decisões de tribunais inferiores que tinham considerado essas proibições uma violação do Título IX e da Cláusula de Igual Protecção.

Esta decisão não cita, no seu texto, nenhuma autoridade religiosa. Mas surge um ano depois de o mesmo tribunal ter confirmado, em *United States v. Skrametti*, leis estaduais — nomeadamente a do Tennessee — que restringem o acesso de menores transgénero a cuidados de afirmação de género, e insere-se numa vaga legislativa em mais de vinte e cinco estados que, segundo análises jornalísticas e académicas já citadas neste livro sobre o nacionalismo cristão contemporâneo, foi impulsionada de forma consistente por organizações e financiadores explicitamente ligados ao movimento evangélico conservador e ao dominionismo descrito no Capítulo 14.

O Padrão Que Une os Três Casos

Dobbs, Mirabelli e a proibição de atletas trans partilham um alvo comum, ainda que com fundamentos jurídicos formalmente distintos: em todos os três, é o corpo — o corpo que gesta, o corpo que transiciona, o corpo que compete — que se torna o território onde a autoridade religiosa, direta ou indiretamente, reivindica o direito de decidir no lugar do indivíduo. *A diferença entre isto e um tribunal de Sharia a decidir sobre o véu obrigatório de uma mulher iraniana não está na estrutura do mecanismo. Está apenas no vocabulário jurídico usado para o justificar — Décima Quarta Emenda em vez de lei islâmica, Livre Exercício em vez de fátua.*

O capítulo seguinte segue este mesmo movimento até à sala de aula, onde a batalha deixou de ser apenas sobre o corpo dos alunos e passou a ser, de forma cada vez mais explícita, sobre o próprio conteúdo do que lhes é ensinado.

CAPÍTULO 16

A Sala de Aula Ocupada

"Não é preciso proibir a evolução. Basta pendurar os Dez Mandamentos na parede e deixar que a criança tire as suas próprias conclusões sobre quem manda ali."

Nova Orleães, 21 de Abril de 2026.

O Tribunal de Recurso do Quinto Circuito — sedado em Nova Orleães, mas com jurisdição sobre o Texas, a Louisiana e o Mississippi — reunido em pleno com os seus dezassete juizes, decide por nove votos contra oito permitir que o Texas aplique a Lei SB 10, que obriga todas as salas de aula de escolas públicas do estado a exibir um poster ou moldura dos Dez Mandamentos, com pelo menos quarenta e um por cinquenta centímetros, em local onde qualquer aluno o possa ler de qualquer ponto da sala. A decisão, em *Rabbi Nathan v. Alamo Heights Independent School District*, reverte uma injunção anterior de um tribunal distrital que tinha bloqueado a lei por violação da Cláusula de Estabelecimento da Primeira Emenda.

Os autores do processo são um grupo de quinze famílias multiconfessionais do Texas — entre elas judias, muçulmanas, hindus e cristãs de tradições que rejeitam a versão específica do texto escolhida pelo estado — representadas pela ACLU, pela Americans United for Separation of Church and State e pela Freedom From Religion Foundation. A maioria do tribunal justificou a decisão invocando a decisão do próprio Supremo Tribunal em *Kennedy v. Bremerton School District*, de 2022, que abandonou décadas de jurisprudência anterior em favor de um novo critério de "história e tradição" para avaliar o que constitui promoção religiosa inconstitucional por parte do Estado — um critério, segundo os críticos, deliberadamente mais permissivo à presença religiosa em espaço público.

O juiz James C. Ho, na sua opinião concordante, foi directo sobre o objectivo de fundo: nenhuma lei deste tipo, escreveu, "impõe um estabelecimento de religião" tal como "originalmente entendida pelos Fundadores". **É a mesma linguagem — Fundadores, tradição, história — que este livro já viu ser usada, capítulo após capítulo, para dar a decisões religiosas contemporâneas o verniz de continuidade com o passado, em vez de as apresentar como aquilo que são: uma reconquista activa de espaço**

legalmente disputado.

A Louisiana Chega Primeiro

O Texas seguiu, na verdade, um caminho já aberto pela Louisiana. Em Junho de 2024, o governador Jeff Landry assinou a Lei HB 71, exigindo a mesma afixação dos Dez Mandamentos em todas as salas de aula públicas do estado, do ensino básico à universidade — desta vez, numa versão especificamente protestante do texto, segundo apontaram os autores do processo *Roake v. Brumley*. Um painel de três juízes do Quinto Circuito tinha inicialmente considerado a lei "claramente inconstitucional", citando o precedente de 1980 do Supremo Tribunal em *Stone v. Graham*, que invalidara uma lei do Kentucky em tudo semelhante. Mas em Fevereiro de 2026, o tribunal reunido em pleno anulou essa decisão por considerar o desafio judicial prematuro — permitindo, na prática, que a lei da Louisiana entrasse em vigor enquanto o litígio de fundo continua.

O padrão que liga os dois estados é claro: mesmo quando um tribunal inferior aplica correctamente um precedente de mais de quarenta anos que devia resolver o caso em poucas linhas, existe hoje um caminho processual e uma composição judicial disposta a adiar, reinterpretar ou contornar esse precedente até ele deixar de fazer diferença prática — independentemente do que a lei, formalmente, ainda diga.

Vinte Anos Antes, na Pensilvânia

Para medir a distância percorrida, vale a pena recuar a Dezembro de 2005, à pequena cidade de Dover, na Pensilvânia. Um conselho escolar local, dominado por uma maioria recém-eleita de fundamentalistas cristãos, tinha exigido que os professores de biologia lessem aos alunos do nono ano uma declaração a apresentar o "design inteligente" como alternativa científica legítima à evolução. Onze pais, liderados por Tammy Kitzmiller, processaram o distrito escolar.

O juiz federal John E. Jones III — nomeado por um presidente republicano, recomendado por um senador conservador, e portanto dificilmente suspeito de hostilidade ideológica à direita — emitiu uma decisão de cento e trinta e nove páginas que dissecava, com rigor quase forense, como o próprio manual usado nas aulas de Dover, "Of Pandas and People", tinha sido literalmente reescrito: rascunhos anteriores ao processo mostravam a palavra "criacionismo" substituída, frase a frase, pela expressão "design inteligente", pouco depois de o Supremo Tribunal ter proibido explicitamente o ensino de criacionismo em 1987. O design inteligente, concluiu o juiz, "não consegue desligar-se dos seus

anteriores criacionistas, e portanto religiosos".

Kitzmiller venceu, e por duas décadas a decisão impediu, na prática, que o design inteligente entrasse pela porta da frente dos currículos científicos americanos. Mas comparar 2005 com 2026 revela a diferença de estratégia entre as duas gerações do mesmo movimento: onde o conselho escolar de Dover tentou disfarçar doutrina religiosa de ciência e foi apanhado a fazê-lo por escrito, os legisladores do Texas e da Louisiana em 2024 e 2025 não disfarçaram nada. Exigiram os Dez Mandamentos como Dez Mandamentos, apostando — com razão, como o resultado no Quinto Circuito mostrou — que uma jurisprudência mais receptiva tornaria o disfarce desnecessário.

Utah: A Bíblia Como Documento Fundador

Durante a sessão legislativa de 2026, o Utah aprovou duas leis complementares — a Lei HB 312 e a Lei SB 268 — que exigem que passagens da Bíblia e de outros textos religiosos "citados ou aludidos em documentos fundadores" sejam incorporados no currículo de estudos sociais e cívica, do terceiro ao décimo segundo ano, a partir do ano lectivo de 2028-2029. A lei especifica que estes textos devem ser ensinados pelo seu significado histórico e literário, não como doutrina teológica — uma distinção que, segundo os próprios legisladores estaduais admitiram durante o debate, ainda está por definir na prática, já que o conselho estadual de educação não tinha, à data da aprovação, decidido exactamente que passagens bíblicas e que conceitos cristãos os alunos vão estudar.

A distância entre "ensinar sobre a Bíblia" e "ensinar a Bíblia" é, na teoria jurídica constitucional americana, a diferença entre educação legítima e promoção religiosa inconstitucional. Na prática de uma sala de aula, gerida por um único professor sem supervisão constante, essa distância pode ser mais estreita do que qualquer texto legislativo consegue garantir.

A Oração Regressa Pela Porta do Professor

A 5 de Fevereiro de 2026, o Departamento de Educação dos Estados Unidos emitiu nova orientação federal sobre oração e expressão religiosa em escolas públicas, substituindo a orientação de 2023 da administração Biden. O documento declara que a oração "visível e pessoal" de professores e funcionários — como benzer os alimentos em voz alta antes do almoço — "não constitui, por si só, coação", mesmo quando alunos optam por participar voluntariamente. A orientação anterior, pelo contrário, instruíu o pessoal escolar a não "encorajar nem desencorajar" qualquer oração ou actividade religiosa

privada durante o horário de trabalho.

A diferença entre as duas orientações pode parecer subtil — nenhuma delas obriga formalmente nenhum aluno a rezar. Mas qualquer professor sabe, e qualquer criança sente, a diferença de peso social entre um adulto com autoridade sobre a sala que reza em silêncio sozinho, e o mesmo adulto que reza visivelmente perante uma turma inteira, ano após ano, semana após semana, deixando implícito — sem nunca o dizer em voz alta — qual o aluno que, ao não se juntar, se destaca.

Da Parede ao Currículo, do Currículo à Fé

Dez Mandamentos na parede, a Bíblia no currículo de cívica, oração visível do professor: nenhuma destas três medidas, isoladamente, reintroduz uma escola confessional. **Mas as três medidas combinadas, avançando ao mesmo tempo em estados diferentes com apoio judicial crescente, produzem exactamente o ambiente que o Mandato das Sete Montanhas, descrito no Capítulo 14 deste livro, identifica como alvo prioritário: a educação, conquistada não por decreto de um único dia, mas pela acumulação paciente de pequenas vitórias legislativas e judiciais que, uma década depois, deixam uma criança texana, louisianense ou de Utah a crescer numa sala de aula pública onde a autoridade religiosa deixou de precisar de se disfarçar de ciência, porque já não precisa de se esconder de todo.**

O capítulo seguinte segue esta mesma lógica de conquista silenciosa até um território ainda mais sensível: o corpo da criança perante a seringa, e a fé que decide, cada vez com mais força legal, se essa seringa chega a tocar-lhe a pele.

CAPÍTULO 17

A Fé Contra a Seringa

"A bactéria e o vírus não verificam a religião de quem infectam. Mas a lei, cada vez mais, verifica a religião de quem se recusa a preveni-los."

Condado de Gaines, Texas, Janeiro a Agosto de 2025.

Um surto de sarampo — a maior vaga da doença nos Estados Unidos em três décadas — começa numa comunidade menonita do oeste do Texas e espalha-se, ao longo dos meses seguintes, por pelo menos quinze condados, infectando mais de trezentas pessoas, hospitalizando dezenas e matando duas crianças não vacinadas. O condado de Gaines tinha, no ano lectivo anterior ao surto, uma das taxas de isenção vacinal mais altas do estado — quase catorze por cento das crianças em idade escolar tinham pelo menos uma vacina obrigatória em falta, mais de cinco vezes a média estadual.

É essencial, também aqui, resistir à simplificação fácil. *Especialistas em estudos anabaptistas e as próprias autoridades de saúde do Texas foram claros: não existe nenhuma doutrina ou texto religioso menonita que proíba a vacinação. A baixa cobertura vacinal na comunidade reflecte sobretudo isolamento cultural, desconfiança generalizada do sistema de saúde convencional e hábitos herdados de gerações anteriores — não um mandamento teológico específico.* Mas esta distinção teológica, por mais importante que seja para a honestidade deste livro, tornou-se quase irrelevante na prática legal: foi precisamente ao abrigo de isenções formalmente classificadas como "religiosas" que a esmagadora maioria destas crianças ficou de fora do calendário vacinal obrigatório.

A Arquitectura Legal da Isenção

Quarenta e cinco estados norte-americanos permitem, hoje, que os pais recusem a vacinação escolar obrigatória dos filhos invocando objecção religiosa, independentemente de essa objecção corresponder a alguma doutrina formal de alguma tradição religiosa reconhecida — a maioria das leis estaduais não exige prova de filiação a nenhuma igreja, nem de que a religião invocada tenha, de facto, alguma posição contra vacinas. Apenas cinco estados — entre eles a Virgínia Ocidental, cuja lei foi confirmada pelo Tribunal de Recurso do Quarto Circuito em Abril de 2026, contra um recurso de pais que reivindicavam precisamente esse direito — não reconhecem isenção religiosa alguma ao calendário vacinal

escolar.

O resultado é uma categoria jurídica que funciona, na prática, como isenção de consciência geral disfarçada de protecção religiosa: qualquer pai disposto a declarar por escrito uma objecção de foro religioso, verdadeira ou não, pode contornar a obrigação vacinal na generalidade dos estados americanos, sem que nenhuma autoridade verifique a coerência teológica dessa objecção. A categoria "religião" tornou-se, assim, o veículo legal mais eficaz para uma decisão que, na maioria dos casos documentados, tem pouco ou nada de teológico.

"O Teu Corpo É um Dom de Deus"

Tampa, Florida, 3 de Setembro de 2025.

Numa escola cristã privada, o secretário de saúde da Florida, Joseph Ladapo, anuncia, ao lado do governador Ron DeSantis, que o estado vai trabalhar para acabar com todas as obrigações de vacinação escolar — tornando a Florida o primeiro estado dos Estados Unidos a tentar fazê-lo desde que este tipo de mandato existe, em todos os cinquenta estados, desde o início da década de 1980. "Todas e cada uma delas estão erradas e cheiram a desdém e a escravatura", declarou Ladapo. "Quem sou eu, como governo ou como qualquer outra pessoa — quem sou eu, como homem, aqui perante vocês, para vos dizer o que devem pôr no corpo do vosso filho? O teu corpo é um dom de Deus."

A escolha do local não foi accidental, e a linguagem não foi genérica. **Um anúncio de política de saúde pública, feito dentro de uma escola confessional, invocando directamente a autoria divina sobre o corpo humano como argumento contra a vacinação obrigatória, é este livro inteiro resumido numa única frase de imprensa.**

O anúncio inicial cobria apenas algumas doenças, como a varicela, e exigia ainda aprovação legislativa para as restantes — incluindo sarampo, poliomielite, difteria e tétano. Segundo reportagens da imprensa americana especializada em saúde pública, o esforço legislativo para eliminar os mandatos restantes encontrou resistência significativa durante a sessão de 2026 e permanecia, até à data em que este livro foi escrito, por concluir. A Florida já registava, antes deste anúncio, uma taxa de isenção vacinal escolar de cerca de cinco por cento — acima da média nacional, e esmagadoramente por motivos não médicos.

Um Céptico das Vacinas ao Comando da Saúde Pública

A tendência já vinha de trás. As taxas de vacinação de crianças a entrar no ensino básico tinham caído, no ano lectivo de 2024-2025 — portanto antes de qualquer uma das políticas descritas nas páginas anteriores —, para 92,1% na vacina tríplice DTaP e 92,5% na vacina tríplice sarampo-papeira-rubéola, valores sensivelmente abaixo dos 94,9% e 95,2% registados apenas cinco anos antes. A diferença entre estes números, aparentemente pequena, é exactamente a margem que separa uma população com imunidade de grupo eficaz contra o sarampo de uma população vulnerável a surtos como o do condado de Gaines.

É contra este pano de fundo já em declínio que, em Fevereiro de 2025, Robert F. Kennedy Jr. — activista com décadas de histórico público de cepticismo em relação às vacinas, incluindo a ligação, cientificamente desacreditada, entre vacinas e autismo — toma posse como Secretário da Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos. Em Setembro desse ano, o seu departamento emite uma carta oficial reforçando que os profissionais de saúde devem "respeitar as leis estaduais que protegem isenções religiosas e de consciência" aos mandatos vacinais — uma posição que, segundo o próprio secretário declarou publicamente, mantém mesmo sem ele próprio partilhar as objecções religiosas em causa.

A 5 de Janeiro de 2026, o Centro de Controlo e Prevenção de Doenças, sob a autoridade de Kennedy, anuncia um calendário vacinal infantil revisto que reduz o número de vacinas recomendadas às crianças, retirando doses contra gripe, rotavírus, hepatite A, hepatite B, algumas formas de meningite e vírus sincicial respiratório da lista universal, recomendando-as apenas para grupos considerados de alto risco. Um juiz federal bloqueou parte desta reformulação em Março de 2026, mas o anúncio, vindo da mais alta autoridade de saúde pública do país, já tinha produzido o efeito de normalizar publicamente a ideia de que menos vacinação obrigatória é uma posição de saúde pública legítima, não apenas uma isenção individual tolerada. **Especialistas em saúde pública citados na imprensa americana alertam que este é precisamente o tipo de sinal vindo do topo capaz de acelerar uma tendência que já estava em curso — não de a inverter.**

A Convergência

O que une o condado de Gaines, as isenções religiosas sem verificação teológica, e um secretário de saúde céptico das vacinas não é uma conspiração coordenada nem um plano único. **É a mesma arquitectura de fundo que este livro tem vindo a seguir ao longo de toda a Parte V: um movimento político que aprendeu a usar a linguagem da liberdade religiosa — verdadeira nalguns casos, instrumental na maioria — como**

veículo legal universal para posições que, na sua origem real, têm frequentemente pouco ou nada que ver com teologia, e tudo que ver com desconfiança nas instituições científicas e médicas convencionais.

O capítulo final desta parte segue esta mesma arquitectura até ao seu ponto de maior alcance institucional: não a sala de aula, não a seringa, mas o próprio tribunal encarregado de decidir, para todos os americanos, onde termina a liberdade religiosa e onde começa a imposição religiosa disfarçada de liberdade.

CAPÍTULO 18

Os Tribunais Como Púlpito

"Não precisas de controlar o parlamento se controlares, com décadas de antecedência, quem se senta no tribunal que decide se o parlamento tinha razão."

Washington, D.C., 2018.

Um homem sem cargo eleito, sem confirmação do Senado, e praticamente desconhecido do público em geral entrega ao Presidente dos Estados Unidos uma lista com um único nome: Brett Kavanaugh. O Presidente segue a recomendação. É a terceira vez em pouco mais de uma década que este mesmo homem — Leonard Leo, vice-presidente executivo e depois copresidente da Federalist Society — desempenha um papel decisivo na escolha de quem se senta no órgão judicial mais poderoso dos Estados Unidos.

Leo fundou o núcleo da Federalist Society em Cornell ainda estudante de Direito, em 1986, e passou as três décadas seguintes a construir aquilo que o próprio meio jurídico americano descreve hoje, sem ironia, como um gasoduto: uma rede de estudantes de Direito, depois advogados, depois juizes de tribunais inferiores, filtrados ao longo de toda a carreira por afinidade ideológica e doutrinária, para que, no momento em que uma vaga se abrisse no Supremo Tribunal, existisse sempre uma lista pronta de candidatos já testados. Leo esteve directamente envolvido na nomeação e confirmação de Clarence Thomas, John Roberts, Samuel Alito, Neil Gorsuch, Brett Kavanaugh e Amy Coney Barrett — seis dos nove juizes actuais do Supremo Tribunal, todos afiliados ou simpatizantes da mesma organização.

De Gasoduto a Maioria

O resultado deste projecto de décadas não é uma teoria abstracta sobre influência política — é uma maioria numérica concreta e mensurável. Em 2024, seis dos nove juizes do Supremo Tribunal dos Estados Unidos identificavam-se, ou eram identificados por análises jurídicas independentes, como membros ou afiliados da Federalist Society. Não é coincidência estatística: é o resultado directo e declarado de um processo de selecção deliberadamente construído para produzir exactamente esta maioria, ao longo de administrações republicanas sucessivas desde os anos 2000.

Este livro documentou, ao longo desta Parte V, uma sucessão de decisões judiciais que dependem, cada uma delas, exactamente desta maioria: a reversão de *Roe v. Wade* em *Dobbs* (2022); a decisão em *Mirabelli v. Bonta* (2026), fundamentada explicitamente em liberdade religiosa parental; a confirmação das proibições estaduais à participação de atletas trans em desporto feminino em *West Virginia v. B.P.J. e Little v. Hecox* (2026). **Nenhuma destas decisões aconteceu por acaso, e nenhuma delas teria acontecido com a composição do tribunal que existia antes de 2017. A maioria não interpretou a Constituição de forma neutra e chegou, por coincidência repetida, a conclusões que coincidem com décadas de activismo cristão conservador. A maioria foi construída, nome a nome, precisamente para chegar a essas conclusões.**

O Assento Bloqueado

A maioria não nasceu de um único gesto — nasceu de uma manobra processual deliberada, executada por um único homem com o controlo da agenda do Senado. Em Fevereiro de 2016, dias depois da morte do juiz Antonin Scalia, o líder da maioria republicana no Senado, Mitch McConnell, anuncia que a Câmara não vai sequer realizar audiências, quanto mais votar, sobre qualquer nome que o presidente Barack Obama indicasse para o lugar vago — invocando o argumento, sem precedente na história do Supremo Tribunal, de que uma nomeação em ano de eleição presidencial deveria esperar pelo resultado das urnas. Obama indicou Merrick Garland, juiz moderado e respeitado. Durante duzentos e noventa e três dias, o Senado não lhe concedeu audiência nem voto — até a nomeação expirar, por si só, com o fim da legislatura.

O cálculo compensou. Donald Trump venceu as eleições de 2016 e herdou o lugar que McConnell tinha mantido congelado. Mas restava um obstáculo processual: a confirmação de um juiz do Supremo Tribunal exigia, por tradição do Senado, sessenta votos para encerrar o debate — mais do que os republicanos tinham sozinhos. Em Abril de 2017, para garantir a confirmação de Neil Gorsuch, o Senado, por 52 votos contra 48 e em linha estritamente partidária, alterou as suas próprias regras internas para eliminar essa exigência especificamente para nomeações ao Supremo Tribunal — a chamada "opção nuclear". A partir desse momento, bastava uma maioria simples. **Foi esta mudança de regras, e não qualquer alteração na Constituição, que permitiu a Donald Trump colocar três juízes no Supremo Tribunal ao longo do seu primeiro mandato — Gorsuch em 2017, Kavanaugh em 2018, e Amy Coney Barrett, confirmada em apenas oito dias em 2020, semanas antes de uma eleição presidencial, pela mesma maioria republicana que três anos antes tinha justificado bloquear Garland**

precisamente por a nomeação ter ocorrido em ano eleitoral.

Sob Juramento

Há ainda um último padrão, talvez o mais perturbador de todos, e que não depende de nenhuma teoria sobre motivação oculta — depende apenas de comparar o que estes juízes disseram sob juramento, em audiência pública perante o Senado, com o que escreveram depois, já com a toga vestida e sem mais nenhuma confirmação para conquistar.

Samuel Alito, em 2006, disse ao senador Joseph Lieberman que *Roe v. Wade* "tinha sido precedente em que muita gente confiou, e era precedente há décadas, e por isso merecia grande respeito". Em privado, numa reunião com o senador Ted Kennedy nesse mesmo ano, foi ainda mais longe — segundo o diário do próprio Kennedy, publicado postumamente pelo seu biógrafo: "Reconheço que há um direito à privacidade. Acho que está resolvido." Dezasseis anos depois, Alito escreveria, na decisão que revogou *Roe*: "*Roe* estava tiranicamente errado desde o início. O seu raciocínio era excepcionalmente fraco."

Brett Kavanaugh, em 2018, disse ao Senado que considerava *Roe* "assente como precedente do Supremo Tribunal, com direito ao respeito devido pelos princípios de *stare decisis*", sublinhando que a decisão "tinha sido reafirmada muitas vezes ao longo de quarenta e cinco anos" — uma referência directa a *Planned Parenthood v. Casey*, de 1992. Em reuniões privadas antes da confirmação, deu à senadora Susan Collins garantias semelhantes sobre a importância de respeitar precedentes antigos. Depois de *Dobbs*, Collins — republicana, mas defensora do direito ao aborto, e um dos votos decisivos que tornou a confirmação de Kavanaugh possível — declarou publicamente sentir-se enganada: "Esta decisão é inconsistente com o que os juízes Gorsuch e Kavanaugh disseram no seu testemunho e nas reuniões comigo, onde ambos insistiram na importância de sustentar precedentes há muito estabelecidos, nos quais o país confiou."

Neil Gorsuch, em 2017, respondeu directamente a uma pergunta sobre se *Roe* era lei assente: "Aceito que é a lei em vigor, Senador, sim." Clarence Thomas, em 1991, disse ao senador Patrick Leahy que não tinha sequer formado opinião sobre o caso: "Não tomei uma decisão num sentido ou noutro em relação a essa importante decisão." Tornar-se-ia, nas décadas seguintes, um dos críticos mais persistentes de *Roe* dentro do próprio tribunal — e, na sua concordância em *Dobbs*, escreveria que o próprio mecanismo jurídico usado para proteger o direito à privacidade nunca deveria ter existido.

Nenhuma destas frases, isoladamente, prova perjúrio — a lei distingue com cuidado entre uma opinião sincera que muda com o tempo e uma mentira deliberada sob juramento,

e este livro não tem forma de aceder ao que cada um destes homens genuinamente acreditava no dia em que falou ao Senado. *Mas o padrão agregado — cinco juízes, cinco audiências, cinco variações da mesma garantia de respeito ao precedente, seguidas de um único voto coordenado para o revogar por completo — é exactamente o tipo de coincidência estatística que este capítulo já se recusou a aceitar como coincidência em qualquer outro contexto.*

O Gasoduto Não Pára no Supremo Tribunal

A rede construída por Leo não se limita aos nove lugares do Supremo Tribunal — é aí, apenas, que se torna mais visível. Ao longo da primeira administração Trump, mais de duzentos juízes federais de tribunais inferiores foram nomeados e confirmados seguindo o mesmo processo de selecção orientado pela Federalist Society, preenchendo tribunais de recurso e tribunais distritais em todo o país com uma geração inteira de juristas formados na mesma rede.

Um nome já atravessou este livro sem que a ligação tivesse sido explicitada: James C. Ho, o juiz do Quinto Circuito citado no Capítulo 16 a defender, em opinião concordante, a lei texana dos Dez Mandamentos nas salas de aula. **Ho não é uma voz judicial neutra que por acaso concordou com essa lei. É membro da Federalist Society desde 1996, foi assessor jurídico de Clarence Thomas no Supremo Tribunal, e foi nomeado para o Quinto Circuito em 2017 precisamente através do mesmo processo de recomendação que Leo geriu para os lugares mais altos. Foi, segundo relatos da imprensa jurídica americana, empossado numa cerimónia privada na biblioteca pessoal de um doador milionário do Partido Republicano, com o próprio Clarence Thomas a presidir. Ho está hoje amplamente listado como um dos nomes mais prováveis para uma futura vaga no Supremo Tribunal, exactamente o tipo de trajectória que o gasoduto foi desenhado para produzir.**

A decisão sobre os Dez Mandamentos no Texas, documentada neste livro no Capítulo 16, não chegou a esse resultado apesar da composição do Quinto Circuito. Chegou por causa dela — o mesmo padrão, repetido ao nível dos tribunais de recurso, que este capítulo já documentou ao nível do Supremo Tribunal.

O Dinheiro Por Trás da Rede

Em Agosto de 2022, tornou-se público que Barre Seid — um magnata da electrónica então com noventa anos, doador conservador durante décadas mas quase desconhecido do público em geral — tinha doado a totalidade das acções da sua empresa, a Tripp Lite, a

uma organização sem fins lucrativos controlada por Leonard Leo: a Marble Freedom Trust, fundada em 2020. A organização vendeu a empresa por mil seiscientos e cinquenta milhões de dólares pouco depois, recebendo a totalidade do produto da venda — a maior doação alguma vez registada a um grupo de influência política nos Estados Unidos, segundo o New York Times, que revelou o caso.

A estrutura legal escolhida — um trust, não uma corporação, sem obrigação de divulgar publicamente doadores ou destinatários — permitiu que a operação permanecesse desconhecida do público durante mais de um ano depois de concluída, e permitiu também, segundo investigações jornalísticas subsequentes, que Seid evitasse até quatrocentos milhões de dólares em impostos sobre mais-valias que teria de pagar se tivesse vendido a empresa directamente. **Leonard Leo tem hoje autoridade praticamente exclusiva sobre como este fundo de mil e seiscientos milhões de dólares é gasto — sem eleição, sem confirmação do Senado, e sem a obrigação de divulgação pública que se exige a qualquer campanha eleitoral do mesmo alcance financeiro.**

"Os Juízes Só Interpretam a Lei"

A objecção mais previsível a este capítulo é também a mais fácil de compreender: os juízes não impõem religião, interpretam a Constituição; a composição ideológica de um tribunal não invalida, por si só, o raciocínio jurídico de uma decisão. Este livro concede o ponto parcialmente — nenhuma das decisões documentadas nesta Parte V cita um texto sagrado como fonte de autoridade legal, e seria desonesto sugerir o contrário.

Mas a objecção falha precisamente onde este capítulo insiste em olhar: não para o texto de cada decisão isoladamente, mas para o processo que colocou, ao longo de quatro décadas, um conjunto extraordinariamente consistente de juristas — seleccionados não por sorteio, nem por mérito processual neutro, mas por afinidade doutrinária verificada em conferências da Federalist Society, artigos de revista jurídica e décadas de pertença à mesma rede — nos únicos lugares com autoridade para decidir o que a Constituição permite. *Uma interpretação jurídica pode ser tecnicamente impecável e, ainda assim, ser o resultado previsível e planeado de uma selecção que nunca foi neutra desde o primeiro dia. A pergunta relevante não é se os juízes mentem sobre os seus motivos. É se a arquitectura que os colocou ali alguma vez pretendeu ser neutra.*

A Religião Como Fio Pessoal, Não Só Doutrinal

Vale a pena notar, sem exagerar o ponto além do que a evidência sustenta, que o próprio Leonard Leo é católico praticante, apoiante público de causas católicas

conservadoras, e foi nomeado por George W. Bush para presidir à Comissão dos Estados Unidos para a Liberdade Religiosa Internacional entre 2009 e 2012. Isto não prova, por si só, que cada decisão da maioria que ele ajudou a construir seja teologicamente motivada — os juízes escrevem as suas opiniões em linguagem constitucional, não bíblica, como este livro tem sublinhado capítulo após capítulo. Mas prova que a rede que passou décadas a filtrar, treinar e promover estes juízes específicos não emergiu de um vazio ideológico neutro. Emergiu de um projecto com raízes, financiamento e convicções religiosas conservadoras claramente identificáveis nos seus próprios arquitectos.

O Fecho da Parte V

Este capítulo fecha a Parte V deste livro, e com ela o argumento central de toda esta secção: a teocracia branda não precisa de decreto, de polícia religiosa, nem de tribunal de Sharia. *Precisa apenas de paciência institucional suficiente para colocar, ao longo de décadas, as pessoas certas nos lugares certos — o professor que reza visivelmente, o legislador que exige os Dez Mandamentos na parede, o secretário de saúde que reforça isenções vacinais, e, no topo de toda a arquitectura, o juiz que confirma, um caso de cada vez, que cada uma dessas vitórias menores é constitucionalmente permitida.*

Da fogueira de Béziers ao gabinete de Leonard Leo, da lapidação decretada por um tribunal de Sharia à assinatura de um juiz federal, este livro seguiu o mesmo mecanismo através de oito séculos e de meia dúzia de vocabulários diferentes. O que resta agora não é mais nenhum caso novo para acrescentar à lista. É a pergunta que todos estes casos, em conjunto, obrigam a fazer: o que se pode realmente fazer contra um mecanismo tão antigo, tão adaptável, e tão persistentemente disposto a vestir-se de linguagem nova a cada geração? É essa pergunta que o Epílogo deste livro enfrenta directamente.

EPÍLOGO

O Direito à Dúvida

"Não sei. Duas palavras que nenhuma fogueira alguma vez conseguiu extinguir por completo — e que este livro inteiro foi, no fundo, uma tentativa de defender."

Regressemos, por um momento, a Alexandria.

Hipátia morreu porque falava com autoridade intelectual numa cidade onde a autoridade tinha deixado de tolerar concorrência. Dezasseis séculos depois, Yahaya Sharif-Aminu foi condenado à morte por uma canção. Entre os dois, este livro atravessou pombos de laboratório que fabricam superstição em minutos, participantes de Asch que negam a evidência dos próprios olhos por não quererem destoar de estranhos, uma estela babilônica onde um deus entrega a lei a um rei, um catecismo português que ensinava o inferno a crianças antes de estas saberem ler, códices maias reduzidos a quatro sobreviventes num mundo inteiro, Newton a esconder da Inquisição a sua própria heresia privada, Miguel Servet queimado em lenha verde por ordem de um reformador protestante, um pregador americano a chamar "castigo de Deus" a uma epidemia enquanto bloqueava o dinheiro que a combatia, mulheres afegãs impedidas de estudar, mulheres iranianas a queimar véus nas ruas de Teerão, e um homem sem cargo eleito a escolher, ao longo de três décadas, seis dos nove juízes do tribunal mais poderoso dos Estados Unidos.

O fio que une todos estes nomes, séculos e continentes não é o acaso. É a mesma equação, repetida com uma consistência que deixou de poder ser tratada como coincidência: uma autoridade que se declara depositária exclusiva e infalível da verdade, um grupo disposto a policiar quem a questiona, e um corpo humano — quase sempre o mesmo tipo de corpo — que paga o preço dessa certeza.

Uma Ameaça Sem Data de Validade

Seria confortável concluir este livro como uma crónica do passado — um inventário de crueldades já superadas, exibido num museu de erros que a civilização, entretanto, corrigiu. A Parte V deste livro existe precisamente para impedir esse conforto. O mecanismo descrito nas suas páginas iniciais — o cérebro que prefere o padrão ao acaso, o grupo que decide o que conta como realidade, a autoridade que nunca precisa de se

explicar porque fala em nome de Deus — não terminou em nenhum século específico. Mudou de roupagem. Trocou a fogueira pelo tribunal de recurso, o decreto real pela nomeação judicial cuidadosamente planeada ao longo de décadas, o Index Librorum Prohibitorum pela lei estadual que exige um poster específico numa parede específica de uma sala de aula específica.

Isto não é um exagero retórico para dar um final dramático a um livro que já foi, por opção deliberada, duro do início ao fim. É a conclusão mais directa possível dos próprios factos reunidos nestas páginas: o obscurantismo religioso nunca precisou de reinventar o seu mecanismo interno. Precisou apenas, a cada geração, de encontrar um vocabulário novo que os seus contemporâneos ainda não tinham aprendido a reconhecer como o mesmo mecanismo antigo.

Elogio de Duas Palavras

Se este livro tem um herói, não é nenhum dos nomes que atravessou estas páginas — nem Hipátia, nem Galileu, nem os cientistas religiosos honestos o suficiente para separarem a própria fé do próprio método, como Lemaître fez perante o Vaticano. O herói discreto deste livro é uma frase de duas palavras, tantas vezes tratada como fraqueza e que é, na realidade, o acto intelectual mais corajoso de que um ser humano é capaz: não sei.

Não sei não é ausência de convicção. É a única base sobre a qual o conhecimento humano alguma vez avançou — porque só quem admite não saber ainda está disposto a olhar para o dado novo, o telescópio de Galileu, a tabela de Kahan, o registo de eclipses babilónico, e mudar de ideias perante ele. A ciência, como este livro documentou no Capítulo 10, não é um edifício de certezas. É um sistema construído inteiramente à volta desta frase, repetida em público, sem vergonha, geração após geração. A religião dogmática, tal como este livro a documentou do início ao fim, é o seu oposto exacto: um sistema construído para nunca precisar de a dizer.

O Que Combate Isto, Na Prática

Um livro duro tem a obrigação de não terminar apenas em indignação. A indignação, sozinha, não protegeu nenhuma rapariga afegã, nenhum apóstata nigeriano, nenhuma professora californiana. Três coisas concretas — não utópicas, não abstractas, já testadas em sociedades reais — combatem de facto o mecanismo descrito neste livro.

Educação científica robusta, ensinada desde a infância como método, não

apenas como lista de factos memorizados. Uma criança que aprende a pensar como Kahan pensa — a testar hipóteses contra dados, a aceitar a possibilidade de estar errada — está estruturalmente mais protegida contra o pensamento mágico do que uma criança que apenas decora as respostas certas, exactamente como o catecismo do Padre Marcos Jorge decorava o inferno.

Secularismo constitucional efectivamente aplicado, não apenas escrito. A separação entre Estado e religião só protege alguém quando os tribunais a fazem cumprir com a mesma disciplina que aplicam a qualquer outra cláusula constitucional — e este livro documentou, no seu último capítulo, exactamente o que acontece quando essa disciplina é substituída por décadas de selecção judicial deliberada.

O direito de sair de uma religião com a mesma protecção legal e social que o direito de a professar. Nenhuma sociedade é verdadeiramente livre em matéria de religião enquanto a liberdade de fé for protegida por lei e a liberdade de a abandonar continuar a custar, nalguns países, a própria vida, e, nalguns lares, a família inteira.

A Última Frase

Este livro abriu com uma pergunta que qualquer criança seria capaz de fazer antes de aprender a não a fazer: como é possível que, dezasseis séculos depois de uma multidão ter esfolado uma matemática nas ruas de Alexandria, continue a existir, em pleno século vinte e um, um tribunal capaz de condenar um homem à morte por uma canção? **A resposta, ao fim de dezoito capítulos, já não devia surpreender: é possível porque a ignorância nunca precisou de ser imposta pela força a uma população desprevenida. Precisou apenas, em cada geração, de se apresentar como virtude — como Fé, como Obediência, como Humildade — o tempo suficiente para que ninguém a reconhecesse a tempo de lhe perguntar, em voz alta e sem medo: como é que sabes isso?**

É essa pergunta, feita sem pedir desculpa e repetida sempre que for necessário, que este livro deixa ao leitor como o único legado que interessa depois da última página: a coragem de duvidar, e o direito de o fazer em voz alta.